



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

TAMIRIS DA SILVA CAJADO

FORMAÇÃO E DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO: PERCEPÇÕES
DE MONITORES DE DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA

2014

TAMIRIS DA SILVA CAJADO

FORMAÇÃO E DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO: PERCEPÇÕES DE
MONITORES DE DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de
Secretariado Executivo do Departamento de
Administração da Universidade Federal do
Ceará como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof.^a Me. Conceição de Maria
Pinheiro Barros.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- C139f Cajado, Tamiris da Silva.
Formação e docência em Secretariado Executivo: percepções de monitores de docência em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. / Tamiris da Silva Cajado. – 2014
63 f.; 30 cm.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças, Departamento de Administração, Curso de Secretariado, Fortaleza, 2014.
Orientação: Profa. Me. Conceição de Maria Pinheiro Barros.
1. Secretariado – Estudo e Ensino. 2. Estudantes universitários – Programas de desenvolvimento. 3. Ensino Superior – Secretariado. I. Título.

CDD 651.3740711

TAMIRIS DA SILVA CAJADO

FORMAÇÃO E DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO: PERCEPÇÕES DE
MONITORES DE DOCÊNCIA EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de
Secretariado Executivo do Departamento de
Administração da Universidade Federal do
Ceará como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Conceição de Maria Pinheiro Barros (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Me. Joelma Soares da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Me. Sônia Regina Amorim Soares
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, à minha família e aos meus
amigos

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me colocado no caminho do Secretariado e não ter permitido que eu o desviasse, pois hoje percebo, que secretariar faz parte da minha essência e é a minha vocação. A minha família pelo apoio e suporte. Em especial a minha irmã Luciana Cajado pelo incentivo que me foi dado.

Aos meus amigos, em especial, Décyá Lima, Patrícia Barros, Gileade Lima, Damien Maia, André Luiz, Thiago Félix, Natália Matos e Raul Caio pela intensa felicidade que trouxeram a minha vida, pelo suporte nos momentos de dificuldade, pelo carinho e pela preocupação comigo.

À minha orientadora, Conceição de Maria Pinheiro Barros, por ter sempre acreditado que eu poderia ser capaz e melhor, pelos seus ensinamentos que eu não tenho palavras para agradecer a sua importância na minha vida.

À professora Joelma Soares, que me introduziu nos conhecimentos do Secretariado e pelo auxílio durante esta graduação.

À professora Regina Soares, pelo seu idealismo contagiante.

Ao professor Zorandy Lopes, por ter me iniciado nos conhecimentos da Administração e ter se dedicado com amor e afinho ao curso de Secretariado Executivo da UFC durante anos.

Aos monitores que colaboraram com esta pesquisa.

Às professoras Joelma Soares e Regina Soares, por aceitarem o convite para fazer parte desta banca.

“1Tudo tem o seu tempo determinado,
e há tempo para todo propósito debaixo do céu;
2há tempo de nascer e tempo de morrer, tempo de plantar
e tempo de arrancar o que se plantou,
3tempo de matar e tempo de curar,
tempo de derrubar e tempo de construir,
4 tempo de chorar e tempo de rir,
tempo de prantear e tempo de saltar de alegria,
5 tempo de espalhar pedras
e tempo de ajuntá-las;
tempo de abraçar e tempo de se conter,
6 tempo de procurar e tempo de perder,
tempo de guardar
e tempo de jogar fora,
7 tempo de rasgar e tempo de costurar,
tempo de calar e tempo de falar,
8 tempo de amar e tempo de aborrecer,
tempo de guerra e tempo de paz”
(Eclesiastes: 3).

RESUMO

A atuação do profissional de Secretariado Executivo pode se dar em diversas áreas dentro no âmbito empresarial, como gestão de pessoas, gestão de arquivos, organizar eventos, administrar banco de dados, gerenciar e assessorar a organização como um todo. Outra área de atuação que pode ser considerada pelo formando em Secretariado é a docência. A monitoria de docência na Educação Superior tem se tornando objeto de diversas pesquisas, porém existem poucos estudos sobre monitoria de iniciação à docência dentro do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Este trabalho tem como objetivo geral analisar as contribuições do Programa de Iniciação à Docência da UFC para a formação em Secretariado Executivo, na percepção dos estudantes. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, a partir de um levantamento documental e uma pesquisa de campo. A investigação foi desenvolvida com a participação de sete estudantes do curso de Secretariado Executivo da UFC participantes do programa no período de 2010 a 2014. As técnicas de pesquisa utilizadas para o levantamento das informações foram a análise documental, a entrevista, o questionário e a interpretação dos dados foi feita por meio da análise do conteúdo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Após a análise dos resultados inferiu-se que o programa colabora para a construção de experiências acadêmicas gerando uma formação que ultrapassa a sala de aula, incentivando a emancipação intelectual, contribuindo para a produção da pesquisa secretarial, o desenvolvendo conhecimentos básicos necessários à docência na Educação Superior e a prática de atividades específicas do Secretariado Executivo na assessoria direta ao professor orientador.

Palavras-chave: Educação em Secretariado. Formação e docência em Secretariado. Monitores de Docência.

ABSTRACT

The acting of the Executive Secretariat professional can occur in several areas within the corporate environment, such as human resources, archive management, events organization, databases management, management and advisory of the organization as a whole. Another sphere of activity may be considered by the undergraduate student of this area is the teaching profession. Undergraduate teaching assistancy has become the subject of several studies, but there are few studies on initiation of teaching assistants within the Executive Secretariat Graduation course in the Universidade Federal do Ceará (UFC). This work has as main objective to analyze the contributions of the Initiation Program for Undergraduate Teaching Assistants of UFC for the graduation in Executive Secretary, in the perception of students. The methodology used was a qualitative research from a documentary survey and field research. The research was developed with the participation of seven students of the Executive Secretariat Graduation Course of UFC, who were participants of the program in the period between 2010 to 2014. The research techniques used for collecting the information were document analysis, interview and questionnaire. The interpretation of the data was done by analyzing the content. After analyzing the results, we inferred that the program contributes to the construction of academic experiences that provides a student an education that goes beyond the classroom, encouraging intellectual emancipation, contributing to the production of secretarial research, developing skills necessary to teaching in college education and the practice of specific activities of the Executive Secretariat in direct assistance to the supervising teacher.

Keywords: Education Secretariat. Education and teaching in the Executive Secretariat Undergraduate Course. Undergraduates Teaching Assistancy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos principais fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participar do PID.	40
Quadro 2 – Síntese da percepção dos monitores sobre a participação no PID como aspecto motivador para perceber a docência como perceptiva profissional.....	43
Quadro 3 – Sínteses das informações acerca da contribuição da participação do estudante no PID para a formação acadêmica e profissional	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
CAD	Coordenação de Apoio ao Discente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DNIT	Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes
IES	Instituição de Ensino Superior
IES	Instituições de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PID	Programa de Iniciação à Docência
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO E DOCÊNCIA	13
2.1 A formação em Secretariado: considerações gerais	13
2.2 Discutindo a docência em Secretariado Executivo na Educação Superior	17
3 A MONITORIA NA GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO TEÓRICA.....	22
3.1 O conceito de monitoria e o seu surgimento	22
3.2 O Programa de Iniciação à Docência como de desenvolvimento acadêmico e profissional	24
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4.1 Delineamento da Pesquisa	28
4.2 Universo da pesquisa e seleção dos participantes	29
4.3 Técnicas de investigação	30
4.4 Análise dos dados.....	32
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
5.1 O Programa de Iniciação à Docência da UFC	33
5.2 Caracterização dos participantes	37
5.3 Discussões acerca das contribuições do PID da UFC para a formação em Secretariado Executivo	37
5.3.1 <i>Os fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do Programa de Iniciação à Docência</i>	<i>38</i>
5.3.2 <i>A percepção da docência como perspectiva profissional a partir da participação no PID</i>	<i>40</i>
5.3.3 <i>A contribuição da monitoria de docência para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo</i>	<i>43</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	60
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO.....	62

1 INTRODUÇÃO

A atuação do profissional de Secretariado Executivo pode se dar em diversas áreas dentro do meio empresarial, como recursos humanos, gestão de arquivos, organizar eventos, administrar banco de dados, gerenciar e assessorar a organização como um todo. Outra área de atuação que pode ser considerada pelo formando nessa área é a docência. O curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará (UFC) apresenta uma matriz curricular interdisciplinar, voltada para a formação de um profissional multifuncional para o ambiente organizacional.

Sabino e Rocha (2004) afirmam que esse profissional tem a possibilidade de assumir, no mercado de trabalho, funções de assessor, gestor, empreendedor e consultor sendo considerado como agente capaz de desempenhar uma ampla variedade de papéis dentro da organização.

O artigo 3º da resolução Nº 3 de 23 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Secretariado Executivo, determina que a formação deste profissional deve ocorrer de forma geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada e ser apto para o domínio em outros ramos do saber (BRASIL, 2005, p. 2). Compreende-se que esse perfil requer uma formação específica o que remete à necessidade de docentes da área.

A docência em Secretariado é considerada recente, pois a formação acadêmica para esta área ainda está em construção. O magistério tem se fortalecido nos últimos anos, principalmente devido ao aumento das publicações de artigos científicos sobre o Secretariado em periódicos da área e à intensificação do interesse pela docência por parte dos cursos de Secretariado no Brasil diante da necessidade de realização de pesquisa para essa área. Com relação à docência secretarial.

Considera-se que é imprescindível a existência de uma busca por formação voltada para a docência em Secretariado por parte daqueles que decidem seguir a carreira acadêmica, visto que a graduação na modalidade bacharelado tem como foco a sua atuação no mundo organizacional. No entanto, observa-se que “[...] secretários executivos que atuam como docentes universitários estão despertando para a necessidade de busca por saberes pedagógicos que contribuam para a sua prática educativa” (DIAS; BARROS, 2013, p. 220). O Programa de Iniciação à Docência (PID) da UFC busca contribuir para a formação acadêmica daqueles que

pretendem seguir a carreira docente. O PID é um programa do Governo Federal vinculado à Coordenação de Apoio ao Discente (CAD) e à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFC (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005).

Diante deste contexto, este trabalho suscita a seguinte questão: quais são as percepções dos monitores de docência em Secretariado Executivo acerca das experiências adquiridas no Programa de Iniciação à Docência em relação à sua formação na UFC? Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as contribuições do PID da UFC para a formação em Secretariado Executivo, na percepção dos estudantes e tendo como objetivos específicos:

- a) identificar os fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do Programa de Iniciação à Docência;
- b) conhecer se a participação no Programa de Iniciação à Docência motiva o estudante a perceber a docência como perspectiva profissional;
- c) compreender como a monitoria de docência pode colaborar para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo.

Esta investigação surgiu no âmbito do projeto de pesquisa “Educação em Secretariado: saberes pedagógicos na Educação Superior” desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (GEPES) da UFC, do qual a pesquisadora participa e a partir da sua vivência como bolsista do PID ao refletir acerca da necessidade de se analisar as contribuições e as experiências geradas pelo PID na formação dos monitores de iniciação à docência em Secretariado Executivo da UFC. A sua relevância se justifica pelo fato de que existem poucos estudos sobre a temática proposta e por considerar-se a docência como uma possível área de atuação para o profissional secretário executivo. Compreende-se que o desenvolvimento desta pesquisa poderá contribuir para a produção acadêmica na área, bem como para a obtenção de subsídios que possibilitem uma discussão sobre a docência em Secretariado e a sua relação com o PID.

A monografia está organizada em cinco capítulos. Além desta introdução, o segundo capítulo aborda a formação em Secretariado Executivo e docência, o terceiro capítulo se refere ao PID e à formação profissional; o quarto capítulo explana os procedimentos metodológicos utilizados para realização desta pesquisa; o quinto capítulo expõe a análise dos resultados alcançados; e, por último, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2 REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO E DOCÊNCIA

A palavra *formar* tem origem no latim, *formatione*, que significa ato ou efeito de formar ou de se formar; disposição ou ordenamento de um conjunto de elementos de um todo, constituição; conjunto de valores ou qualidades morais resultantes da educação, caráter; conjunto de conhecimentos específicos que são ministrados ou adquiridos; ação de formação (FERREIRA, 2010).

A formação em Secretariado Executivo tem como foco, principalmente, a atuação no ambiente organizacional, porém é visível a crescente preocupação de estudiosos da área em relação à formação acadêmica e a atuação docente, bem como à demanda de docentes qualificados na área de Secretariado (FARIA; REIS, 2008, DIAS; BARROS, 2013). Dias e Barros (2013, p. 205) afirmam que: “O curso de graduação em Secretariado Executivo, assim como outras áreas, tem o intuito de formar bacharéis para atuar nas organizações como assessores e gestores, não tendo como foco a formação de professores”.

Barros *et al.* (2013, p. 534) afirmam que:

[...] os docentes mesmo possuindo o nível de estudo exigido por lei não estão devidamente preparados para a função, e ponderando ainda que a prática docente não recebe a devida relevância nos cursos de mestrado e doutorado, é visível a necessidade de buscar uma alternativa para preencher as lacunas deixadas durante a formação profissional. Sabemos que grande parte dos cursos de graduação é destinada à formação de bacharéis; assim, muitos de seus docentes também são bacharéis, em sua maioria especialistas, mestres ou doutores, mas sem formação pedagógica.

Este capítulo aborda as dimensões existentes no processo de formação em Secretariado Executivo e na docência, discutindo a legislação sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a questão dos programas que preparam os professores universitários. A seguir é feita uma explanação sobre a formação em Secretariado.

2.1 A formação em Secretariado: considerações gerais

A profissão de Secretariado Executivo é uma das mais antigas do mundo, originando-se no trabalho dos escribas, que assessoravam pessoas importantes na Antiguidade e dominavam as habilidades intelectuais, como a escrita, faziam contas, classificavam os arquivos, redigiam ordens e outras funções. Assim como se espera do profissional atual, naquela época também fazia parte da responsabilidade dos escribas a discipulação, pois eles manejavam informações de extrema importância para o seus líderes (NONATO JÚNIOR, 2009).

Conforme explicam Santos e Cruz (2012), a função de assessoria foi exercida durante a Idade Média por monges, nos mosteiros, que atuavam como copistas e arquivistas. Na Revolução Industrial, surgiram novas demandas empresariais, e as atividades administrativas passaram a ser responsabilidade dos secretários, na época quase exclusivamente do sexo masculino. Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, já não havia tanta mão-de-obra masculina, devido à convocação para as guerras. Dessa forma, as indústrias, que antes empregavam majoritariamente homens, foram obrigadas a se adaptar e contratar mulheres. Assim, no Brasil, como no restante do mundo, foi após as grandes guerras que as mulheres passaram a atuar e dominar a profissão de Secretariado, com funções bastante limitadas inicialmente: em atendimento telefônico, recepção de visitantes, serviço de copa, entre outros.

No entendimento de Durante *et al.* (2011), a profissão de Secretariado cresceu intensamente nas duas últimas décadas. Esse desenvolvimento se deve a dois motivos principais que estão interaliados: o aperfeiçoamento do perfil profissional junto com a necessidade das organizações por profissionais mais qualificados, com formações específicas. Como consequência houve o crescimento dos cursos de bacharelados em Secretariado Executivo desde o ano de 1990 e o aumento na procura por estes cursos. Apesar de existirem muitos trabalhadores que, mesmo sem formação na área, exercem durante anos a profissão e adquiriram conhecimento técnico na carreira, para ser um secretário executivo de excelência é necessário ter uma base educacional fortalecida, com capacitação nas diversas áreas do conhecimento e organizacionais para atender as condições empresariais e mercadológicas, conforme se verifica no Parágrafo Único do artigo 3º da resolução Nº 3 de 23 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências (BRASIL, 2005, p. 2):

O bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional.

Com a implementação da Lei de Regulamentação Nº 7.377/85 (BRASIL, 1985) e sua complementação pela Lei Nº 9.261/96 (BRASIL, 1996), a qual dispõe sobre o exercício da profissão de secretário, torna-se exigência para atuar como profissional de Secretariado Executivo, no Brasil, ser bacharel por curso superior de Secretariado, reconhecido na forma de Lei, ou diplomado no exterior, cujo diploma seja revalidado no Brasil, seguindo as normas da Lei. Há exceção ao portador de qualquer diploma de nível superior que, na data em que esta

Lei entrou em vigor, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, de atribuições de um secretário. Portanto, configura-se uma exigência legal para a formação de um secretário executivo o diploma na área, sendo mais um meio de garantir e respaldar a qualidade do exercício desta profissão.

Existem características indispensáveis para a formação do secretário executivo, além da necessidade básica de se ter uma graduação em Secretariado, pois este, assim como qualquer outro profissional, precisa atender a um determinado perfil. Veiga (2007) aponta as características do perfil do profissional de Secretariado Executivo exigidas pelas organizações: conhecer profundamente a sua área de trabalho e ter uma visão global de toda a organização; desenvolver as competências técnicas (idiomas, *internet*, informática, redação própria, etc.); estabelecer relacionamentos alicerçados em confiança e respeito, desenvolvendo uma relação de transparência com chefes, clientes, colegas e fornecedores; estar comprometido com o resultado do trabalho e com a missão da organização; estar inteirado dos acontecimentos mundiais e das mudanças internas e externas da organização; estar voltado para a inovação; sugerir e aceitar novas ideias; manter comportamento ético, independentemente das informações e situações; planejar e cuidar da sua carreira profissional; saber administrar o seu tempo e o do chefe; saber se comunicar; saber tomar decisões; ser dinâmico, discreto, educado, organizado; ser polivalente; ser pontual no cumprimento do horário de trabalho e na entrega de trabalhos; ser proativo; ter capacidade e vontade de aprender continuamente; ter capacidade de liderança; ter capacidade para administrar conflitos; ter habilidade para trabalhar em equipe; ter inteligência emocional para saber lidar com as emoções, entre outras características. Este autor afirma ainda que o bom-senso deve sobrevir em todo o trabalho do secretário, juntamente com a maturidade e a postura profissional, e acrescenta que o sucesso do secretário depende da união de três princípios: a competência, o conhecimento e a habilidade.

Ao contrário do que ocorria no período pós-guerra, o secretário foi exercendo novas funções a partir da evolução da tecnologia e, conseqüentemente, da nova forma de organização das empresas e instituições. A participação em reuniões é hoje obrigatória, além da execução de tarefas gerenciais, com responsabilidades importantes para a empresa, possuindo um perfil de gestor de processos e de pessoas, como Veiga (2007) explica. Neste sentido, percebe-se a mudança no papel que o profissional de Secretariado exerce nas organizações:

A tecnologia da informação contribuiu para que os gerentes assumissem as tarefas que eram desempenhadas pela secretária, tornando-os mais independentes, embora alguns ainda mantenham a antiga postura. Com isso, a secretária pode se dedicar mais aos assuntos relacionados à empresa, tornando-a necessária e importante. Hoje, além de desempenhar suas atividades operacionais, a secretária atua como gestora de processos, de pessoas e de informação (VEIGA, 2007, p. 22).

É visível a transformação no perfil do profissional de Secretariado desde o seu surgimento até os dias atuais. Sua formação para atuação no mundo do trabalho tornou-se mais complexa, sendo necessária uma ampla bagagem de conhecimentos e atributos para o exercício pleno da profissão com excelência, desmitificando a visão obsoleta de que não é necessário instrução ou uma graduação específica na área para atuar neste ramo. Diante disso, nos últimos anos, houve uma procura crescente por cursos que formassem profissionais para seguir a carreira de secretário executivo concomitante à institucionalização do curso universitário em Secretariado.

Como explica Nonato Júnior (2009) diante da crescente demanda do mercado de trabalho por secretários qualificados, foi institucionalizado o primeiro curso de Secretariado Executivo no Brasil no ano de 1969, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, sendo reconhecido apenas em 1998 por meio do parecer Nº 331/98. Porém, o primeiro curso a conquistar o reconhecimento foi o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, no ano de 1978, após a regulamentação da profissão, que passou a exigir a formação do bacharel para que o profissional se tornasse secretário executivo.

Na UFC, o curso foi criado em 1995. O projeto de implantação do curso de Secretariado Executivo na UFC foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 22 de fevereiro de 1995 (UFC, 1995). No mesmo ano iniciou-se a primeira turma do curso, posteriormente reconhecida pela portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de Nº 2.749, de 12 de dezembro de 2001 (BRASIL, 2001).

O artigo 4º da resolução Nº 3 de 2005 define as competências e habilidades que devem estar presentes nos profissionais de Secretariado Executivo pelos cursos de graduação nessa área (BRASIL, 2005, p. 2):

[...] capacidade de articulação de acordo com os níveis de competências fixadas pelas organizações; visão generalista da organização e das peculiares relações hierárquicas e inter-setoriais; exercício de funções gerenciais, com sólido domínio sobre planejamento, organização, controle e direção; utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos e situações organizacionais; habilidade de lidar com modelos inovadores de gestão; domínio dos recursos de expressão e de comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou inter-grupais; receptividade e liderança para o trabalho em equipe, na busca da sinergia; adoção de meios alternativos relacionados com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções; gerenciamento de informações, assegurando uniformidade e referencial para diferentes usuários; gestão e assessoria administrativa com base em objetivos e metas departamentais e empresariais; capacidade de maximização e otimização dos recursos tecnológicos; eficaz utilização de técnicas secretariais, com renovadas tecnologias, imprimindo segurança, credibilidade e fidelidade no fluxo de informações; e

iniciativa, criatividade, determinação, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência das implicações e responsabilidades éticas do seu exercício profissional.

Seguindo os preceitos da regulamentação da profissão, observa-se que a formação em Secretariado Executivo tem por objetivo a constituição de um perfil de profissional multidisciplinar. Nascimento (2012, p. 106) afirma que:

Dessa forma, o secretariado executivo se constituiria em uma interdisciplina, mantendo interação constante com diversas outras disciplinas, não só das ciências sociais aplicadas (como a economia, a administração e a arquivística), como também de outras áreas do conhecimento (como a linguística, a sociologia, a psicologia, a tecnologia da informação, entre outras).

Tendo o profissional de Secretariado acesso a essa ampla gama de informações durante o bacharelado, estará apto a trabalhar nas organizações nos mais diferentes ramos, nas diversas atividades e em vários setores. Percebe-se que a formação em Secretariado Executivo tem acompanhado as transformações sociais e organizacionais. Entretanto, assim como nas diversas áreas de conhecimento, enfrenta constantes desafios a fim de atender as demandas contemporâneas, destacando-se a docência secretarial em virtude da sua relevância para a formação deste profissional na Educação Superior. A seguir, será discutida a docência voltada para o curso de Secretariado Executivo.

2.2 Discutindo a docência em Secretariado Executivo na Educação Superior

A docência em Secretariado Executivo é um tema que requer aprofundamentos por meio de estudos teóricos e empíricos em busca de caminhos para a superação dos desafios que se apresentam ao profissional secretário que escolhe como área de atuação o professorado na Educação Superior. Conforme Veiga (2006), a etimologia da palavra docência vem do latim, *docere*, que significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender.

O exercício da docência é regulado pela Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional (BRASIL, 1996). Esta Lei regula todos os processos que ocorrem no âmbito educacional, e a partir dela se origina qualquer direcionamento na educação nacional brasileira. Todos os cursos, desde a educação infantil até a pós-graduação, devem tê-la como base. A mesma Lei estabelece as obrigações dos professores para com a sua função:

I - participar da elaboração do projeto pedagógico; II - elaborar e cumprir o plano de trabalho; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; VI - participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional (BRASIL, 1996, p. 5).

Veiga (2006, p. 87) considera a necessidade da formação profissional para o exercício da docência afirmando que:

A docência requer formação profissional para seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-lo adequadamente ou, no mínimo, a aquisição dos conhecimentos e das habilidades vinculadas à atividade docente para melhorar sua qualidade.

Pimenta e Lima (2005) afirmam que é necessário formar docentes com capacidade de ensinar em situações divergentes, singulares, instáveis, incertas, carregadas de conflitos e que o ensino se caracteriza como uma prática social em contextos historicamente situados. Os citados autores acrescentam que o perfil do professor deve ser de um profissional crítico e reflexivo, que superando o processo de reflexão individual, passando à reflexão pública e ética. A docência é uma atividade complexa e com muitas especificidades, e se constitui como uma função social que busca não apenas transmitir conhecimentos, mas formar futuros profissionais com visão crítica e criativa. Freire (2004) pondera que o docente, cujo objetivo é formar um aluno, não deve apenas procurar treiná-lo e depositar nele conhecimentos. É necessário, também, que o educador use a ética e a coerência, procurando transmiti-las em suas ações e nas suas práticas educativas. Nessa perspectiva, a docência não pode ser considerada apenas como um resultado final de um processo educacional, mas constitui-se como o objeto de análise, reflexão e investigação que alimenta todo o processo formativo.

Ramalho, Nuñez e Gauthier (2004) explicam que a pesquisa, a reflexão e a crítica devem ser usadas como estratégias de aprendizagem para a formação de um professor. Portanto, o envolvimento dos alunos que se interessam pela docência deve começar desde cedo, em projetos de ensino, como a monitoria, para que contribuam e se adaptem a uma cultura formativa com foco na educação. Como salienta Nunes (2007), a formação do professor universitário não deve estar atrelada apenas aos programas de mestrado e doutorado, como é exigido também pela LDB, em seu artigo 66 (BRASIL, 1996). Essa formação acontece durante toda a trajetória de vida de um professor.

Freire (1996) conceitua a docência como uma relação de troca de conhecimentos entre docentes e discentes; um não existe sem o outro. Portanto, a atividade docente não deve se limitar apenas às técnicas de ensino, sendo o professor apenas um transmissor de conteúdos, mas, sim, numa prática reflexiva. Configura-se, portanto, um desafio dar continuidade à qualidade no ensino, melhorando sempre, àquele que pretende seguir a carreira de docente. Esse autor define, ainda, a prática docente como exigente, metódica, crítica e ética.

A docência pode ser considerada como uma opção para o secretário executivo, porém tal possibilidade não é mencionada na legislação de regulamentação dos profissionais de Secretariado Executivo e “os cursos de bacharelado em Secretariado Executivo, não contemplam em suas integralizações curriculares conteúdos voltados às atividades docentes” (DIAS; BARROS, 2013, p. 210).

Percebe-se a ausência de secretários executivos atuando na carreira docente. Possivelmente por conta da demanda do mercado de trabalho, uma vez que, devido ao perfil multidisciplinar deste profissional o mercado começa a absorver os ingressantes deste curso desde cedo – muitas vezes nos semestres iniciais do curso – distanciando-os da faculdade, desfocando o interesse intelectual do universitário da academia para o mercado. Sob esse aspecto, Faria e Reis (2008), consideram que entre os vários motivos que causam a escassez de egressos dos cursos de Secretariado Executivo nas universidades estão a falta de conhecimento sobre esta área de atuação e a questão salarial. Muitas vezes o valor oferecido pelas empresas supera o praticado nas universidades. Além disso, a ausência de profissionais no magistério pode ser explicada devido à falta de perfil para docência:

O fato de os alunos de Secretariado Executivo saírem da universidade e serem contratados para a área administrativa reduz o número de profissionais que têm a docência como plano de carreira. Dessa forma, percebe-se a escassez de Secretários Executivos atuando na área da educação, seja como coordenadores, seja como professores de disciplinas específicas, e a ausência desses profissionais leva as instituições de ensino a optarem por educadores de outras áreas para ministrarem as matérias próprias daquele campo do conhecimento. Além disso, a falta de Secretários Executivos atuando na realização de pesquisas retarda o progresso e o desenvolvimento da profissão docente (FARIA; REIS, 2008, p 171).

Considera-se que o docente de Secretariado Executivo, na condição de formador, pode inspirar os seus alunos, orientá-los e ensinar-lhes novas concepções, desmitificar os estereótipos da profissão e instruir para a formação do perfil atual do profissional exigido pelas organizações, valorizando a profissão. Essa mudança inicia-se no âmbito das universidades, nas quais se formam as novas gerações de secretários.

Na percepção de Faria e Reis (2008) existem vários atributos que compõem o perfil de um docente que estão em comum com o do profissional de Secretariado atuante nas empresas, como: paciência, constante atualização em vários conhecimentos, saber se comunicar, passar informações com qualidade. Como se pode notar, ambas as atividades exigem um profissional atualizado e contextualizado com as situações do presente. Além disso, Faria e Reis (2008) chamam atenção para a função de administrar o fluxo de informações, comum ao docente, para com os seus alunos e ao secretário dentro da empresa:

As profissões de secretariado e de educador seguem linhas distintas, mas assemelham-se em diversos pontos. Por exemplo, ao ministrar treinamentos em uma determinada empresa, o secretário executivo está, de certa forma, educando. Assim, seja em sala de aula, ou em uma empresa, essa relação entre o secretariado executivo e o docente é percebida como latente. Verifica-se que o secretário executivo está relacionado à questão educacional durante todo o período em que está exercendo sua profissão, pois, muitas vezes, mesmo sem perceber, está educando. Observa-se que a todo o momento os secretários são condicionados a ensinar e a compartilhar os conhecimentos adquiridos ao longo da carreira. (FARIA; REIS, 2008, p. 169).

Embora esses aspectos sejam destacados por Faria e Reis (2008) como contribuintes para a atuação do secretário como docente, considera-se que os mesmos não são suficientes para o desempenho deste profissional como educador, visto que “a formação em bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil é uma formação direcionada ao preparo de profissionais capazes de atender determinados setores da economia e da sociedade” (DIAS; BARROS, 2013, p. 210) e não para a docência. Para a atuação docente no ensino da Educação Superior são necessários conhecimentos específicos sobre o que vai ser ministrado alinhados aos saberes pedagógicos emergindo como “[...] fator fundamental para a construção dos processos de ensino e de aprendizagem que proporcionem o compartilhamento da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos” (DIAS; BARROS, 2013, p. 209). A LDB, em seu artigo 66 determina que a “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996, p. 23). Porém não existem mestrado e doutorado específicos para a formação secretarial. Diante disso, os professores do curso e os alunos que pretendem atuar no magistério superior tendem a fazer pós-graduação em outras áreas, apostando na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, características já previstas no perfil deste profissional. Nessa linha de pensamento, Barros *et al.* (2013, p. 536) explanam:

É necessário destacar que o Curso de Secretariado Executivo alcança seu estatuto de Ciência Social Aplicada, mas ainda não possui curso de mestrado e doutorado específico para essa área, revelando-se assim mais um desafio para a docência em Secretariado. Após a conclusão de sua graduação, os formados que desejam seguir a carreira docente em Secretariado se vêem na dúvida quanto a que caminho seguir. A inexistência de formação *stricto sensu* na área do Secretariado faz com que os docentes desses campos específicos procurem, por meio de cursos de especialização e formação complementar, fundamentos para lecionarem esses conteúdos específicos. Com esse panorama observamos que os professores que são graduados em Secretariado Executivo têm sua formação *stricto sensu* em áreas distintas, como comunicação, linguística, educação, administração, engenharia da produção e outros diversos.

Adelino e Nóbrega (2012, p. 79) complementam essa ideia ao considerarem que “[...] os cursos de bacharelado de um modo geral não têm o propósito de formar o perfil docente no aluno. Daí a importância da pós-graduação”. Observa-se que a formação do profissional de Secretariado é dinâmica e complexa, buscando contribuir para a constituição de um profissional

multidisciplinar, porém essa formação não é voltada para a docência, tendo como consequência a existência de uma lacuna na organização acadêmica nos cursos de graduação, em virtude das exigências legais e da essência da formação do bacharelado. No próximo capítulo apresenta-se uma discussão acerca da monitoria, o seu conceito, surgimento, contexto histórico e atual, sendo feito uma introdução sobre o PID da UFC.

3 A MONITORIA NA GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO TEÓRICA

A monitoria durante a graduação gera conhecimento e experiência aos alunos que tiveram a oportunidade de participar deste programa. Este capítulo aborda os aspectos gerais da monitoria na graduação. O estudo inicia-se a partir da conceituação e contextualização do surgimento da monitoria e seus principais aspectos. Em seguida, foi desenvolvida uma explanação sobre o desenvolvimento acadêmico e profissional proporcionado pelo PID aos monitores e a importância da monitoria junto com a teoria acerca do tema.

3.1 O conceito de monitoria e o seu surgimento

A monitoria é uma forma de aprendizagem para os alunos matriculados em uma Instituição de Ensino Superior (IES), na qual o discente adquire na prática experiências acadêmicas e profissionais junto com o seu professor orientador. Ao participar de um programa de monitoria, o estudante encontra a possibilidade de desempenhar atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão de uma forma prática, gerando experiência para a sua vida acadêmica e profissional, participando, diretamente com o seu professor orientador, de diversos trabalhos acadêmicos na universidade. Frison e Moraes (2010) afirmam que a monitoria é uma estratégia de apoio ao ensino em que estudantes mais adiantados nos programas de formação acadêmica colaboram nos processos de construção do conhecimento de seus colegas.

A atividade de monitoria surgiu no Brasil devido à necessidade de alguns alunos universitários seguirem a carreira docente e de apreenderem na prática, com os professores, as atividades do Ensino Superior, além de serem orientados por eles. Essa troca de conhecimento – entre docente e discente – dava-se desde a Antiguidade, conforme afirma Bezerra (2012, p. 13):

A atividade de monitoria na educação superior no Brasil se institucionalizou com a reforma universitária, mais precisamente com o estabelecimento da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que criou as funções de monitor para atuar junto aos cursos de graduação. Entretanto, essa atividade não é recente, estudos revelaram que, desde a Antiguidade, o ato de ensinar era compartilhado entre quem ensina e o aprendiz e apontam, também, que a monitoria é resultado das transformações ocorridas no âmbito da atividade de tutoria.

As atribuições dos monitores são muito amplas, por isso existem vários tipos de monitoria no Brasil, cada uma com função específica, como exemplo, as monitorias de iniciação à docência que objetivam preparar o aluno para um futuro ingresso na carreira de docente, portanto as suas atividades condizem com esse preparo. Além de atender às necessidades

exigidas pelo edital da seleção da IES, fazem parte do perfil de um aluno apto para o exercício da monitoria: proatividade, otimismo, agilidade, precisão, conhecimentos, habilidades, atitudes e, principalmente, paciência para atuar como elo entre o seu professor orientador e os outros alunos, auxiliando da melhor forma possível no processo de construção do aprendizado. A consequência disso é o desenvolvimento de habilidades e experiência na *práxis* da carreira de docente.

O surgimento da monitoria ao longo da história ocorreu paralelamente à necessidade da construção do conhecimento em educação humana. Ullmann e Bohnen (1994 *apud* FRISON; MORAIS, 2010) explicam que quando houve o desenvolvimento da escolástica e de seu método, nas universidades medievais já havia monitores, denominados repetidores, que reproduziam a matéria desenvolvida por seus mestres.

Frison e Moraes (2010) afirmam que, do século XII ao XIII, alguns dos mestres livres implantaram diferentes formas de gestão da atividade escolar, formando verdadeiras corporações, com variadas relações jurídicas, dentre elas, a dos mestres com *proscholus* (monitores). No século XVI, surgiu a corporação docente dos jesuítas, a qual tinha, entre seus objetivos, combater a difusão do protestantismo. No século XVII, a universidade foi reformada sob a influência do ensino jesuítico, em especial nos colégios e nas Faculdades de Artes, o que lhes conferiu novo tipo de organização. Com o sistema de emulação da *Ratio Studiorum* e com o tipo de organização pedagógica adotada, os alunos mais adiantados passaram a exercer funções ativas de ensino junto aos demais aprendizes. Como Frison e Moraes (2010) explicam, essa prática, na época era denominada de decúria, representa uma das principais raízes das ações de monitoria institucionalizada.

A presença do monitor no sistema de ensino fica em evidência no final do século XVIII, como explica Araújo (2010), quando chega à Europa um novo método de ensino, o Monitorial ou Mútuo, que posteriormente se espalha pelo restante do Ocidente. Neste modelo de ensino, a relação dos alunos com o professor é mediada por alunos-monitores que se encontram num nível relativamente superior ao dos demais alunos e que, portanto, são considerados capazes de instruir. Tal método, criado por Andrew Bell e Joseph Lancaster, surgiu inicialmente na Inglaterra e consistia em dividir a classe entre discípulos e decuriões, que lecionavam para grupos de até dez alunos, tudo supervisionado pelo professor. Logo este modelo de ensino foi difundido em vários países. Segundo Neves e Men (2007, p. 1):

O Método Lancasteriano foi um método pedagógico formulado, nos últimos anos do século XVIII, pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas idéias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832) e nas idéias panópticas do jurista e reformador de costumes Jeremy Bentham (1748-1892). A historiografia reconhece que, antes que a primeira década do século XIX findasse, o Método de

Lancaster já tinha se propagado em direção a França, Portugal, Itália, Alemanha, Grécia, Bulgária, Dinamarca e Suécia. Atingiu também a Rússia, o território africano (Serra Leoa, Senegal), a Índia, a Austrália, o Canadá, o México, o Peru, e alguns países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil. No Brasil, foi o primeiro método pedagógico, para a instrução pública instituído, oficialmente por D. Pedro I, por meio da Lei 15 de outubro de 1827, no período que gira em torno da descolonização e dos diferentes projetos que o recém fundado Estado Nacional se propunha a desenvolver.

Federich (1989 *apud* PEREIRA, 2007) explica que a atividade de monitoria só começou no Brasil na primeira metade do século XIX. Registros da literatura nacional afirmam que no país, a prática da monitoria ocorreu pela primeira vez em 1823, no Rio de Janeiro, subordinada ao Ministério da Guerra. Tal método foi importado da Inglaterra do século XVIII e permaneceu em prática até 1838, sem que houvesse intentos para melhorá-la e adaptá-la à realidade brasileira. Desse modo, a monitoria era utilizada de forma automática e simplista no governo imperial como uma solução barata para os graves problemas educacionais do país, pois faltavam professores habilitados e recursos para o seu pagamento.

A implantação inicial da monitoria foi, portanto, deturpada com a intenção apenas de suprir a carência de docentes e a falta de condições para pagá-los, em contradição aos valores e princípios que norteiam a monitoria hoje, cujo objetivo principal é a preparação do aluno, através da orientação direta e centrada do professor, e não uma forma de substituí-lo. No próximo item é feita uma análise do PID da monitoria como um meio para a formação acadêmica e profissional.

3.2 O Programa de Iniciação à Docência como de desenvolvimento acadêmico e profissional

A importância da monitoria está muito além do título para o aluno bolsista. Ela gera desenvolvimento intelectual e profissional para o monitor durante o seu exercício por meio da relação de troca de conhecimentos com o professor orientador e também devido ao apoio direcionado aos alunos monitorados. Tendo a oportunidade de participar de um programa de monitoria acadêmica, o aluno conquista uma experiência introdutória no trabalho docente, passando pelas satisfações e pelos desafios iniciais da profissão de professor. O monitor torna-se acessível por estar em contato direto com os alunos universitários, na condição de acadêmico, contribuindo com o aprendizado dos colegas.

Portanto configura-se um privilégio o ganho dessas experiências promovidas pelo exercício da monitoria, fornecendo ao monitor a percepção da vocação ou não para seguir na carreira de docente, evitando frustrações futuras em relação à carreira escolhida.

Assim, a monitoria acadêmica tem o objetivo de desenvolver a autonomia e de formar os alunos que têm a oportunidade de usufruir dela, além de incentivar a interação entre discentes e os professores. Esses aspectos estimulam o aluno monitor a ter senso de responsabilidade, de cooperação e oportunidade de ampliar os seus conhecimentos, empenhando-se em atividades acadêmicas com a ética para se tornar um bom profissional no futuro.

A monitoria agrega valores à formação profissional do discente. Por meio dessa experiência, o aluno ganha conhecimento prático na vida acadêmica e o leva para a sua carreira. Schneider (2006) explica que o trabalho da monitoria tem como objetivo gerar a contribuição para o desenvolvimento da competência pedagógica e dar apoio aos acadêmicos para adquirir e produzir o conhecimento. Por meio da monitoria, o aluno tem oportunidade de se adaptar à vida acadêmica e ter contato com os prazeres iniciais da profissão, contribuindo assim para a sua aprendizagem. “Por fim cabe realçar que o Programa de Monitoria é um importante meio de que a instituição dispõe para melhorar a qualidade do ensino, além de iniciar a formação para docência já no curso de graduação” (SANTOS; LINS, 2007, p. 67).

A monitoria torna-se uma oportunidade única para a formação complementar do discente. Dias (2007, p. 43) ressalta a importância da participação do aluno que tenha interesse em seguir a carreira docente na monitoria durante a graduação:

Isso reforça a compreensão de que o exercício da monitoria se apresenta como de fundamental importância na direção de uma formação responsável do aluno, articulando teoria e prática de maneira consistente, além de dar maior visibilidade ao curso, à universidade em que os estudantes estão inseridos. Daí a importância de se valorizar esse momento acadêmico, de fato, a única oportunidade de formação inicial, hoje disponível, para a docência na educação superior.

O programa de monitoria permite ao discente uma melhor reflexão para futuras práticas docentes, pois para a formação de um professor não é suficiente apenas cursar uma graduação ou pós-graduação. Santos e Lins (2007, p. 59) afirmam que:

O Programa de Monitoria é uma ação institucional consolidada que envolve professores e alunos na tentativa de se atingir os objetivos principais de uma instituição de ensino superior que é a produção, disseminação e aplicação do conhecimento.

Para Schneider (2006), a monitoria é conceituada como instrumento de trabalho pedagógico que gera o entendimento sobre os aspectos referentes às transformações do contexto socioespacial, permitindo, a partir disso, trabalhar a pluralidade de conhecimentos em sala de aula, pois o trabalho de monitoria – cuja atividade formativa pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção

do conhecimento – normalmente ocorre em IES com normas fixadas pelos seus respectivos conselhos de ensino, pesquisa e extensão.

Sobre as funções da monitoria nas IES, Nunes (2007, p. 46) afirma que:

A monitoria acadêmica tem se mostrado nas Instituições de Educação Superior (IES) como um programa que deve cumprir, principalmente, duas funções: iniciar o aluno na docência de nível superior e contribuir com a melhoria do ensino de graduação. Por conseguinte, ela tem uma grande responsabilidade no processo de socialização na docência universitária, assim como na qualidade da formação profissional oferecida em todas as áreas, o que também reverterá a favor da formação do futuro docente.

Nunes (2007) acrescenta que, o professor orientador deve inserir o monitor nas fases de planejamento, na interação em sala de aula, no laboratório ou campo, na avaliação dos alunos, nas aulas e disciplinas, porém os monitores não podem substituir os professores ministrando suas aulas, pois aqueles são aprendizes, ainda não tendo o nível de competência e conhecimento de um docente. No entanto, isso não deve justificar a realização de tarefas meramente burocráticas, sem valor formativo.

Queiróz e Barzaghi (2007) explicam que a monitoria tem como função ser um elo intermediário entre os alunos e os docentes dos cursos de graduação, integrando-os de forma operacional no planejamento de disciplinas e no compartilhamento de conhecimentos, agregando valor significativo para a formação profissional de todos os envolvidos no processo.

Diante dessa concepção, a monitoria é auferida como uma forma dinâmica de construir o conhecimento, possibilitando um contato mais próximo entre professor-aluno, tornando mais eficaz o diálogo e a troca de ideias entre ambos, fugindo-se do modelo de ensino obsoleto que não abre margem para a discussão e a contestação aos docentes pelos alunos. Bezerra (2012, p. 35) tece as seguintes considerações sobre a monitoria:

A monitoria reúne um conjunto de atividades que auxiliam a docência e que permite a inserção do aluno nas diversas atribuições inerentes à prática docente, ao mesmo tempo em que possibilita a apropriação das habilidades relacionadas à atividade didática. Essas novas experiências pedagógicas contribuem com a melhoria do ensino de graduação, fortalecendo a articulação entre teoria e prática, bem como, a integração curricular, em seus diferentes aspectos. A monitoria é parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem e está inserida no projeto de formação do aluno.

Em virtude da necessidade de uma inter-relação entre ensino e pesquisa, considera-se que a pesquisa é uma dimensão a ser focalizada durante a participação do estudante em um programa de monitoria docente. Freire (1996, p. 16) ressalta a importância da pesquisa, tanto no ensino, como no processo de construção do conhecimento:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Oliveira e Souza (2012) afirmam que a monitoria é uma atividade desenvolvida em parceria entre o acadêmico monitor e o professor orientador. O trabalho de monitoria deve estar alinhado com o programa de disciplina do docente, servindo como pano de fundo para a elaboração de um planejamento de ação. Campos (2004) declara que os programas de monitoria, pesquisa e extensão são importantes para formar profissionais que tenham competência e compromisso com a educação e possam, em breve, se dedicar à educação, à docência e à aprendizagem, assumindo essa responsabilidade para com sociedade.

A monitoria configura-se como uma atividade de extrema importância para a formação acadêmica, gerando conhecimentos e incentivando a vocação de ser professor devido às experiências adquiridas com o docente orientador e os alunos monitorados. O discente monitor, portanto, tem a oportunidade de criar novas práticas pedagógicas e metodologias e adaptar uma didática mais acessível aos outros alunos. A seguir, apresenta-se uma explanação acerca da metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por meio da pesquisa é possível a aquisição de novos conhecimentos, buscando uma resposta ou solução para as dúvidas ou problemas. A definição de pesquisa segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010) é buscar ou procurar uma resposta para algo, portanto pesquisa é um meio para o alcance do conhecimento. Na compreensão de Cervo, Bervain e Silva (2007, p. 57) pesquisar consiste em:

[...] uma atividade voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos. Ela parte, pois, de uma dúvida ou problema e, como usa do método científico, busca uma resposta ou solução. Os três elementos – dúvida/ problema, método científico e resposta/ solução – são imprescindíveis, uma vez que uma solução poderá ocorrer somente quando algum problema levantado tenha sido trabalhado com instrumentos científicos e procedimentos adequados.

Marconi e Lakatos (2010, p. 139) conceituam pesquisa como “[...] procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Neste capítulo apresentam-se os caminhos metodológicos percorridos para o alcance dos objetivos deste trabalho.

4.1 Delineamento da Pesquisa

Para o alcance dos objetivos propostos nesta investigação foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa e descritiva. A pesquisa qualitativa, segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) se caracteriza pela:

[...] interpretação dos fenômenos e a atribuição de significação básica no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 5) o enfoque da pesquisa qualitativa consiste em “[...] métodos de coleta de dados sem medição numérica, como as descrições e as observações”. Acrescenta-se que:

Os estudos qualitativos não pretendem generalizar de maneira intrínseca os resultados para a população mais amplas, nem necessariamente obter amostras significativas (sob a lei da probabilidade); não pretendem nem mesmo que seus estudos sejam replicados. Assim, se fundamentam mais em um processo indutivo (exploram e descrevem, e logo geram perspectivas teóricas). Vão do particular ao geral (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 11).

Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 28) a pesquisa descritiva consiste em “[...] descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática”.

Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 101) explicam que os estudos descritivos:

[...] medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado. Do ponto de vista científico, descrever é coletar dados (para os pesquisadores quantitativos, medir; para os qualitativos, coletar informações. Isto é, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informações sobre cada uma delas, para assim (vale a redundância) descrever o que se pesquisa.

De acordo com Farias *et. al* (2010) método é a forma utilizada para aproximação com o objeto de pesquisa, é mais abrangente que as técnicas. Os métodos de pesquisa desenvolvidos nesta investigação foram: pesquisa documental e pesquisa de campo. Segundo Gil (2009, p. 46):

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Para a coleta das informações utilizou-se o levantamento documental e técnica da entrevista e questionário. Em seguida foi desenvolvida uma pesquisa de campo que segundo Gil (2009, p. 53):

[...] o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.

Dessa forma a pesquisa foi estruturada, objetivando fazer o estudo do modo mais coerente e produtivo para responder os objetivos propostos. No item a seguir são apresentadas as técnicas utilizadas na investigação para a aproximação do objeto de estudo com a coleta de informações.

4.2 Universo da pesquisa e seleção dos participantes

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.206) “universo ou população, é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. O universo da investigação foi composto por monitores de docência do Curso de

Secretariado Executivo da UFC, no período de 2010 a 2014. Neste período, participaram do PID, sete (7) monitores.

Participaram desta investigação os sete (7) monitores de iniciação à docência do Curso de Secretariado Executivo, distribuídos da seguinte forma: dois (2) estudantes que estavam participando do PID em 2014.2 e cinco (5) ex-monitores que atuaram no período de 2010 a 2013. Os critérios utilizados para a seleção dos participantes foram:

- a) Estar cursando ou ter cursado graduação em Secretariado Executivo na UFC;
- b) Estar participando ou ter participado do PID no curso de Secretariado Executivo da UFC;
- c) Acessibilidade.

Com o intuito de manter em sigilo a identidade dos participantes, nesta pesquisa, os monitores entrevistados foram identificados como Monitor A, Monitor B, Monitor C, Monitor D, Monitor E, Monitor F e Monitor G.

4.3 Técnicas de investigação

Considerando-se que as técnicas de pesquisa “[...] são como ferramentas que o pesquisador utiliza para dar conta de sua tarefa investigativa [...]” (FARIAS *et. al.*, 2010, p. 69), para a coleta das informações utilizou-se as técnicas: levantamento documental, entrevista e questionário (FARIAS *et. al.*, 2010).

O levantamento documental focalizou: a resolução N° 01, de 04 de março de 2005, que regulamenta o PID; Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Decreto N° 64.086, de 11 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, aprova programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e dá outras providências; Lei N° 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências; Lei N° 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis N° 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências; Decreto N° 66.315, de 13 de março de 1970, que dispõe sobre programa de participação do estudante em trabalhos de magistério e em outras atividades dos estabelecimentos de Ensino Superior federal; Decreto N° 68.771, de 17 de junho de 1971, que altera o Decreto N° 66.315 de 13 de março de 1970; Decreto N° 85.862, de 31 de

março de 1981, que atribui competência às Instituições de Ensino Superior para fixar as condições de Ensino Superior para fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria e dá outras providências; Decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que regulamenta os artigos 10 e 12 da Lei Nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, que dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências; Lei Nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996, que altera a redação dos incisos I e II do art. 2º, o *caput* do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei Nº 7.377, de 30 de setembro de 1985; resolução Nº 3, de 23 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências.

Foram focalizados nesses documentos os regulamentos sobre as funções da monitoria, o seu surgimento e crescimento, respaldando a sua importância dentro das instituições educacionais. As atribuições para a formação de um professor de Ensino Superior e para a formação de um secretário executivo.

A entrevista pode ser compreendida como “[...] a interação intencional do entrevistador com o entrevistado, visando recolher dados descritivos da linguagem do sujeito sobre determinado tema” (FARIAS *et. al.*, 2010, p. 82). Essa fase foi desenvolvida por meio da utilização de um roteiro de entrevista padronizada aberta direcionado para os monitores ativos na monitoria no período da investigação, 2014.2. Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 86) entrevista estruturada é “[...] orientada por um roteiro previamente definido e aplicado para todos os entrevistados”. O roteiro de entrevista foi composto por onze (11) perguntas divididas em duas partes: a primeira parte buscou obter respostas sobre o perfil deste profissional a segunda focalizou os motivos e a trajetória da formação dos monitores. As informações coletadas foram registradas por meio de um gravador de voz, após a concordância dos participantes em se envolverem na pesquisa. Em seguida, procedeu-se a transcrição, organização e análise dos dados coletados. As entrevistas foram realizadas no período de 18 a 30 de setembro de 2014.

Os ex-monitores do PID do curso de Secretariado Executivo da UFC foram abordados, por meio da aplicação de um questionário com as mesmas perguntas da entrevista, enviado por correio eletrônico no período de 11 a 29 de agosto de 2014. Houve essa diferença nos métodos de coleta, por conta da acessibilidade. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 184):

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituídos por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

As ferramentas utilizadas objetivaram coletar os dados para a pesquisa, capturando as experiências dos monitores durante a graduação com o PID e o modo como essa vivência afetou a formação acadêmica e profissional dos investigados com o intuito de responder os objetivos propostos pelo estudo. Dessa forma a pesquisa foi estruturada, objetivando fazer o estudo do modo mais coerente e produtivo para responder os objetivos propostos.

4.4 Análise dos dados

Conforme Martins e Theóphilo (2007, p. 95) análise de conteúdo “[...] é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Buscam-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores e/ou autores”.

“A Análise de Conteúdo busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 96). Para a análise das entrevistas buscou-se interpretar o conteúdo das respostas obtidas partindo das perguntas que foram utilizadas como direcionamento. Marconi e Lakatos (2010, p. 151) consideram que a análise é: “a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Nessa fase da investigação foi utilizada a análise dos conteúdos das entrevistas e dos questionários aplicados aos monitores do curso de Secretariado Executivo da UFC. A análise do conteúdo foi desenvolvida em busca de um diálogo entre os aspectos destacados e a teoria estudada.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa e está dividido em três (3) fases. A primeira fase apresenta a caracterização do Programa de Iniciação à Docência da UFC, abordando a legislação geral da monitoria. Em seguida, enfatiza-se o perfil dos participantes da investigação. No terceiro momento, desenvolve-se uma discussão acerca das contribuições do PID da UFC para a formação em Secretariado Executivo, considerando-se aspectos relativos aos motivos que levaram os monitores a participar do PID, a motivação do estudante a perceber a docência como perspectiva profissional, a partir da participação no programa e como a monitoria de docência pode colaborar para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo. Logo em seguida, é feita uma abordagem geral sobre a regulamentação da monitoria e sobre a resolução do PID da UFC.

5.1 O Programa de Iniciação à Docência da UFC

A existência do monitor das intuições de Educação Superior é prevista na LDB, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) declarando que as Universidades tem total liberdade para determinar as funções do monitor que devem ser desempenhadas por alunos dos cursos de graduações da própria instituição. Estes são selecionados por meio de provas específicas que avaliem a capacidade do monitor para o exercício das atividades do programa, junto de outros critérios exigidos pela própria organização, revogando a Lei Nº 5.692/71 (BRASIL, 1971).

Como consta no artigo 84 da LDB: “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos” (BRASIL, 1996, p. 25). O papel do monitor ficou regulado inicialmente com a Reforma Universitária, estabelecida pela Lei Nº 5.540 (BRASIL, 1968), determinando as funções do monitor e que este deveria estar voltado para o Ensino Superior. Em seu artigo 41 foi estabelecido:

As universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina. Parágrafo único. As funções de monitor deverão ser remuneradas e consideradas título para posterior ingresso em carreira de magistério superior. (BRASIL, 1968, p. 9).

Posteriormente ao estabelecimento desta Lei foram criados vários decretos evidenciando a monitoria, como o Decreto Nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969 (BRASIL, 1969) que em seu artigo 2º determinou que fossem contratados mil monitores para atuarem

junto ao programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral do magistério superior federal, logo após o Decreto Nº 66.315, de 13 de Março de 1970 (BRASIL, 1970) e o Decreto-lei Nº 68.771, de 17 de junho de 1971 (BRASIL, 1971), ambos revogados pelo Decreto Nº 85.862 (BRASIL, 1981), no qual é atribuído às instituições de Ensino Superior a competência para fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria, como é esclarecido no seu 1º artigo “Caberá às Instituições de Ensino Superior fixar as condições para o exercício das funções de monitor previstas no artigo 41 da Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968” (BRASIL, 1981, p. 1), assim como no 2º artigo esclarece que: “O Ministério da Educação e Cultura continuará a custear programas de monitoria nos Estabelecimentos Federais de Ensino Superior com os recursos orçamentários a esse fim destinados, estabelecendo os limites mínimo e máximo de retribuição dos monitores” (BRASIL, 1981, p. 1).

A Lei Nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, em seu 10º artigo estabeleceu que:

Ficam as instituições federais de educação superior autorizadas a conceder bolsas a estudantes matriculados em cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, que visem: I - à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e II - ao desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade (BRASIL, 2009, p. 3).

Assim como o 12º artigo da Lei Nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009 determina que:

As bolsas previstas nos arts. 10 e 11 adotarão como referência os valores das bolsas correspondentes pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa, bem como as condições fixadas em regulamento do Poder Executivo, que disporá, no mínimo, sobre: I - os direitos e obrigações dos beneficiários das bolsas; II - as normas para renovação e cancelamento dos benefícios; III - a periodicidade mensal para recebimento das bolsas; IV - as condições de aprovação e acompanhamento das atividades, programas e projetos no âmbito das instituições de educação superior ou pesquisa; V - a avaliação das instituições educacionais responsáveis pelos cursos; VI - a avaliação dos bolsistas; e VII - a avaliação dos cursos e tutorias. Parágrafo único. O quantitativo de bolsas concedidas anualmente observará o limite financeiro fixado pelas dotações consignadas nos créditos orçamentários específicos existentes na respectiva lei orçamentária anual (BRASIL, 2009, p. 4).

O Decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010) regulamenta os artigos 10 e 12 da Lei Nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), sobre o processo de concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, as atividades que se enquadram como extensão, os casos de cancelamento da bolsa, dentre outras determinações. Estabelece, também, em seu artigo 13 os deveres dos estudantes bolsistas de extensão:

I - participar das atividades de extensão, ensino e pesquisa previstas no projeto ou programa; II - manter os indicadores satisfatórios de desempenho acadêmico

definidos pela instituição; III - apresentar trabalhos relativos ao projeto ou programa em eventos científicos, previamente definidos; IV - fazer referência à sua condição de bolsista nas publicações e trabalhos apresentados; e V - cumprir as demais exigências estabelecidas nos editais de seleção (BRASIL, 2009, p. 3).

Na UFC, a monitoria de docência é desenvolvida por meio do Programa Iniciação à Docência (PID). Este programa busca contribuir para a formação acadêmica dos alunos da faculdade que pretendem seguir a carreira docente. O PID é um programa do Governo Federal vinculado a CAD e a PROGRAD da UFC, como consta na resolução que o regula, Nº 01/CEPE, de 04 de março de 2005, que estabelece os objetivos do programa:

a) Contribuir para o processo de formação do estudante de graduação; b) Proporcionar a participação do estudante monitor nas atividades docentes, juntamente com o professor-orientador; c) Facilitar a interação entre estudantes e professores-orientadores nas atividades de ensino, visando ao desenvolvimento da aprendizagem; d) Proporcionar ao monitor uma visão globalizada da disciplina e vivências da relação teoria e prática; e) Envolver o estudante em trabalho de ensino associada à pesquisa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005, p. 1).

O PID pode acontecer em duas formas: remunerado ou voluntário. A monitoria remunerada é provida por uma bolsa, para tanto o monitor bolsista não pode ter nenhuma outra atividade remunerada (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005). Na monitoria voluntária, o discente não possui o auxílio da bolsa, mas deve desempenhar as mesmas funções de um monitor remunerado, como consta no primeiro inciso do 2º artigo da resolução Nº 1 /CEPE de 2005 que regula o PID:

§1º - A Universidade Federal do Ceará reconhecerá e certificará como Monitoria Voluntária a participação de alunos de graduação em atividades típicas do Programa de Iniciação à Docência, sem contudo, obrigar-se à concessão de bolsas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005, p.1).

Esta resolução estabelece em seu artigo 13 que a monitoria deve se desenvolver no período de dez meses, podendo ser renovada para o mesmo aluno, desde que esse passe em um novo concurso, em caso de desistência ou conclusão do curso, por parte do monitor, pode ser realizado uma nova seleção, ou ser aproveitado o candidato colocado na posição seguinte da seleção anterior, pelo departamento. Se porventura o monitor selecionado não atenda ao perfil solicitado para as atividades da monitoria, a mesma pode ser cancelada pelo professor orientador. A carga horária da monitoria é de doze horas semanais para as duas modalidades, a voluntaria e a remunerada, e não deve afetar as demais atividades acadêmicas do discente, visto que o ele ainda se encontra em processo de graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005).

É importante ressaltar que a atividade de monitoria não configura nenhum vínculo empregatício de qualquer forma com a Universidade, como estabelecido na resolução que regula o PID na UFC (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005). Como consta no inciso 4 do artigo 13 da resolução do PID na UFC, fazem parte das exigências para ser um monitor de iniciação à docência, ter sido aprovado nas disciplinas matriculadas, não ter realizado trancamento ou abandono, sem bons motivos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005). É determinado pelo artigo 5º desta resolução, as atribuições do monitor:

- a) Elaborar, juntamente com o professor-orientador, o plano de trabalho da monitoria;
- b) Participar, juntamente com o professor-orientador, das tarefas didáticas, inclusive na programação de aulas e em trabalhos escolares;
- c) Ser participante, com o professor-orientador, na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático e em atividades de classe e/ou laboratório;
- d) Contribuir, juntamente com o professor-orientador, para a avaliação do andamento da disciplina ou da área;
- e) Participar das atividades do PID promovidas pela Pró-Reitoria de Graduação;
- f) Cumprir 12 (doze) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos com o professor-orientador, sem prejuízo de suas atividades didáticas;
- g) Conhecer os termos e as exigências da legislação vigente relativa à atividade de monitoria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005, p. 2).

Sendo perceptível a intenção deste programa para a formação do aluno para a docência no Ensino Superior. Como cita Dias (2007, p. 39):

O Programa de Iniciação à Docência surge, assim, com o objetivo de abrir caminhos e permitir os primeiros passos em direção a um Programa de Valorização do Docente no Ensino Superior, no sentido de assegurar o aperfeiçoamento do corpo docente em suas orientações didático-metodológicas. Nesse sentido, esse programa tem como objetivos maiores: despertar para a relevância do ensino e da formação de professores para o ensino superior e estimular professores a envolverem os estudantes de graduação no processo de ensino-aprendizagem, inserindo nesse contexto a pesquisa e a extensão.

O professor orientador do PID deve estar vinculado à universidade de forma efetiva e em regime de quarenta horas semanais de trabalho ou com dedicação exclusiva a esta instituição, como é previsto na resolução Nº 1 /CEPE de 2005 que regula o PID (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005). O artigo 6 desta resolução estabelece o que não deve existir na relação entre o docente e o aluno monitor, como utilizar o monitor em atividades administrativas que o desvincule dos objetivos do PID (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005), da mesma forma:

- a) Substituí-lo em atividades docentes;
- b) Avaliar os alunos;
- c) Realizar pesquisa ou coleta de dados que não tenham por objetivo a elaboração de materiais e recursos a serem empregados na atividade docente, dentro do horário destinado ao exercício da monitoria;
- d) Preencher lista de frequência ou diário de classe. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005, p. 2).

É perceptível como a figura do monitor foi conquistando destaque na Educação Superior com o estabelecimento de cada nova Lei que respaldasse o seu exercício, deixando em evidência as suas funções e importância. A resolução do PID orienta para a intenção do programa de preparar o aluno monitor para seguir uma possível carreira como docente, ressaltando a importância e utilidade da participação na monitoria do PID pelos bolsistas.

5.2 Caracterização dos participantes

Inicialmente, buscou-se identificar algumas características acerca do perfil dos participantes. Foram entrevistados sete (7) monitores de iniciação à docência em Secretariado Executivo da UFC, dos quais quatro (4) estão formados, um (1) não concluiu o curso e dois (2) estão em processo de graduação e ativos na monitoria no período da entrevista.

Observou-se que cinco (5) entrevistados são do sexo feminino e dois do sexo masculino e que todos possuem faixa etária de 21 a 28 anos. A maioria dos entrevistados, representada por quatro (4) estudantes, exerceu o período completo da bolsa, um (1) desses ficou durante dois meses e dois (2) que estavam ativos no programa, com seis meses de monitoria na época da pesquisa. Todos os participantes atuam como secretários executivos, exceto dois (2): um atua em consultoria organizacional e outro especificou como em “outra área”. Destes, quatro (4) atuam em órgãos públicos, dois (2) na iniciativa privada e um classificou como “outra” para a instituição em que trabalha. A média de tempo de vínculo nas empresas, nas quais os entrevistados atuavam, na época da entrevista, ficou entre um mês a três anos e seis meses.

A seguir são apresentados os dados e a discussão teórica acerca das contribuições do PID da UFC para a formação em Secretariado Executivo.

5.3 Discussões acerca das contribuições do PID da UFC para a formação em Secretariado Executivo

Nesta fase da pesquisa apresenta-se a análise do conteúdo das informações coletadas sobre o tema em questão. Para uma melhor compreensão a análise está dividida em três aspectos: conhecer os fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do programa; averiguar se a participação no programa motiva o estudante a perceber a docência como perspectiva profissional; compreender como a monitoria de docência pode colaborar para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo.

5.3.1 Os fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do Programa de Iniciação à Docência

No primeiro momento, buscou-se conhecer os fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do programa. Observou-se que um dos principais aspectos motivacionais para a participação dos estudantes do curso de Secretariado da UFC no PID é a perspectiva de seguir carreira acadêmica. O quadro um (1) apresenta uma síntese dos principais fatores que motivaram os investigados para participação no PID.

Quadro 1: Síntese dos principais fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do PID

Aspecto investigado	Principais informações
Fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do PID	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Construir novos conhecimentos ✓ Enriquecer o currículo ✓ Contribuir para a aprendizagem dos alunos ✓ Necessidade financeira ✓ Seguir carreira acadêmica

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Para uma melhor compreensão destes fatores, seguem os relatos dos monitores e a análise teórica das informações obtidas ao indagar-se sobre os motivos que os levaram a participar do PID. O Monitor A afirmou que as suas intenções ao entrar no programa foram “adquirir e aperfeiçoar conhecimentos, compartilhar ideias e pensamentos, além de ser uma experiência enriquecedora para o currículo acadêmico e, também, para a vida pessoal” (MONITOR A). Concordando com a possibilidade de aperfeiçoar conhecimentos, o Monitor D afirmou: “por que eu queria ter um conhecimento maior sobre as disciplinas das quais eu fui monitora e isso me ajudaria a obter futuramente um mestrado” (MONITOR D). Essa opinião é compartilhada, também, pelo Monitor G ao ponderar que teve o intuito de aumentar os seus conhecimentos e melhorar o currículo.

As respostas apontam que o PID pode contribuir para a construção de conhecimentos e para a formação acadêmica. Sob esse aspecto Santos e Lins (2007) consideram que a monitoria tem por objetivos principais no âmbito de uma IES: a produção, disseminação e aplicação do conhecimento.

Para outro participante, a motivação esteve relacionada à oportunidade de colaborar para a aprendizagem dos estudantes, informando:

Quando iniciei o curso, tive muitas dificuldades com as disciplinas e senti falta de uma pessoa que pudesse me ajudar tirando as dúvidas, indicando livros, ajudando a fazer os trabalhos em sala de aula. Então, alguns semestres depois, soube das vagas para a monitoria. Me inscrevi e visualizei nessa seleção a oportunidade de ajudar meus colegas a vencer as dificuldades que tive (MONITOR E).

A resposta acima remete à reflexão sobre a motivação por parte do monitor por contribuir para a aprendizagem dos estudantes denotando um perfil colaborativo. Sobre o perfil colaborativo do monitor, Nunes (2007, p. 45) explica que na monitoria se deve quebrar a cultura do individualismo para existir uma cultura de colaboração ou colegialidade, por exemplo, quando o professor tem turmas numerosas, fica difícil para o docente dar assistência a todos os alunos, principalmente quando ele assume várias disciplinas, portanto a tarefa de auxiliar nos problemas vivenciados pelos alunos deve ser “compartilhada” com o monitor, gerando oportunidade ao bolsista de captar o andamento da disciplina, o ritmo de desenvolvimento dos alunos, seus interesses e a percepção da turma sobre o conteúdo e o método.

Em outra linha de pensamento, destaca-se a necessidade financeira como principal aspecto motivador. Esse aspecto pode ser percebido a partir da resposta a seguir:

Principalmente problemas financeiros. Não estava trabalhando e nem estagiando no início do ano e precisava de dinheiro, como as inscrições para a bolsa estavam abertas, eu resolvi me inscrever. Além disso, percebi que precisava participar mais dos programas que a Universidade oferece, já que até o momento eu estava “preso” apenas à sala de aula (MONITOR G).

Essa opinião denota que o PID além de colaborar para a formação acadêmica ao construir, difundir e aplicar o conhecimento (SANTOS; LINS, 2007) é considerada pelo bolsista como uma colaboração social no que diz respeito às necessidades financeiras. Entretanto, entende-se que, o retorno financeiro não deve ser a única finalidade para manter o envolvimento do monitor no programa, podendo comprometer o desempenho profissional durante a sua jornada como monitor, visto que o discente por não ter interesse em progredir na profissão de educador, pode não se ater a um desenvolvimento pedagógico de excelência durante o exercício da monitoria de docência, tal situação poderia ser contornada pelo professor orientador no processo seletivo diante das entrevistas na busca de “garimpar” os discentes que tenham propensão e interesse pelo exercício da docência como meta profissional.

A maioria dos monitores entrevistados optou pela monitoria do PID por terem interesse em seguir carreira na vida acadêmica em Secretariado Executivo. O Monitor B considerou: “quis participar do programa, pois percebi que queria ser docente, então achei que na monitoria seria uma ótima oportunidade para obter experiência, haja vista a mesma ser voltada para a docência, e também porque queria desenvolver algumas pesquisas”. A respeito

do seu interesse em se envolver com a monitoria o Monitor C, relatou: “A oportunidade de participar de atividades acadêmicas com foco na docência foi o principal motivo para participar do programa, além de contribuir para construção do meu currículo e oferecer experiências diferentes na faculdade”. O Monitor F afirmou que a partir do momento que entrou no curso teve vontade de seguir carreira acadêmica voltada para o Secretariado Executivo.

Essas repostas apontam que ao ingressarem na monitoria os estudantes possuem expectativas em relação à docência como forma de atuação. Como explica Ramalho, Nuñez, Gauthier (2004) o envolvimento dos alunos que se interessam pela docência deve começar desde cedo, em projetos de ensino, como a monitoria, para que contribuam e se adaptem a uma cultura formativa com foco na educação.

A resposta preponderante com relação à motivação inicial para ingressar na monitoria do PID, se constitui no interesse por seguir a carreira docente, mas ainda existem outros fatores que motivam os discentes, o que remete à percepção de que o desenvolvimento de um programa de monitoria é permeado por constantes desafios no que diz respeito à diversidade de expectativas por parte dos estudantes que nele ingressaram. Por outro lado, a percepção da docência como uma possível área de atuação para o formando em Secretariado, pode contribuir para despertar no estudante o interesse pela área acadêmica por meio do contato inicial com a profissão. Neste aspecto, a pesquisa focalizou a percepção da docência como perspectiva profissional, conforme discussão a seguir.

5.3.2 A percepção da docência como perspectiva profissional a partir da participação no PID

Nesta fase da investigação, a pesquisa buscou conhecer se a participação no programa motiva o estudante a perceber a docência como perspectiva profissional. Foi possível identificar dois aspectos: os fatores que contribuíram para a decisão de que o monitor não almeja a docência como opção de atuação profissional e a reafirmação ou a descoberta do desejo de seguir carreira no professorado. Os motivos para ambos os casos são diversos. As principais considerações apresentadas pelos participantes com relação a esse aspecto é resumida no quadro dois (2):

Quadro 2: Síntese da percepção dos monitores sobre a participação no PID como aspecto motivador para que o percebera docência como perspectiva profissional

Aspecto investigado	Principais informações
	Não seguir a carreira acadêmica

Motivação para a percepção da docência como perspectiva profissional por meio da participação no PID	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de vocação ✓ Ausência valorização profissional ✓ Outras perspectivas profissionais por razões pessoais
	Seguir a carreira acadêmica
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reafirmação do desejo de seguir a docência ✓ Experiência sobre o planejamento de aulas ✓ Participação em discussões sobre os assuntos a serem abordados nas aulas ✓ Conhecimentos de Didática ✓ Vivência com os alunos

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Ao desenvolver uma discussão com relação aos aspectos apresentados no quadro dois (2), ressalta-se que o Monitor A afirmou que o PID não o influenciou a tentar seguir uma carreira docente, pois o mesmo não se considera com a tendência para o magistério: “Não. Infelizmente, eu descobri que não tenho vocação para a docência” (MONITOR A). Assim como o Monitor G relatou que:

Não. Antes de ingressar no Secretariado, estava cursando outra graduação em licenciatura e desisti por perceber que não queria ser docente. Tenho muito respeito pela profissão, inclusive minha mãe é docente, porém não é algo que eu queira para a minha carreira. Infelizmente no Brasil, os professores não são valorizados como deveriam, portanto creio que no setor privado eu tenha mais perspectivas de crescimento e valorização (MONITOR G).

O Monitor C observou uma propensão para a docência, no entanto outras possibilidades de carreira se sobreporam, por razões pessoais: “O programa realmente me fez considerar um futuro profissional na docência, porém outras perspectivas profissionais prevaleceram por motivos de realização pessoal” (MONITOR C).

Faria e Reis (2008) explicam que devido à entrada imediata no mercado de trabalho em áreas administrativas, muitas vezes sendo o salário oferecido nas empresas, mais atraente do que o dos professores nas universidades, portanto reduzindo o número de secretários executivos interessados em seguir uma possível carreira docente, assim como a falta de perfil para o magistério podem ser causas do desinteresse deste profissional para o mercado docente.

Em outra linha de pensamento, alguns monitores denotaram uma inclinação e interesse pela carreira docente:

Me influenciou totalmente, pois antes de ser monitora eu queria ser docente, mas não sabia quais as nuances estavam envolvidas nesse processo, e a partir da monitoria, percebi algumas dessas nuances, o que me reafirmou mais ainda a certeza de que a docência é a profissão que quero exercer (MONITOR B).

Essa afirmação está de acordo com a percepção do Monitor E ao afirmar:

Sim, pude ter a experiência de saber como funciona o planejamento de aulas, a preparação das atividades. Pude participar ativamente das discussões sobre os assuntos a serem repassados na sala de aula, a forma como eram repassados (a didática a ser utilizada) e a vivência com os alunos. Tudo isso foi de grande importância pra mim como profissional (MONITOR E).

Do mesmo modo, o Monitor F considerou que: “Sim, eu tive uma vivência muito produtiva na monitoria, pude ver se realmente é aquilo que eu quero para minha vida, o que eu posso mudar o que eu quero me espelhar e fazer parecido ou agir de outra forma” (MONITOR F).

Foi percebido que a maioria dos monitores entrevistados se motivaram a ter na docência uma perspectiva profissional, a partir da participação deles no programa do PID. Sendo que um (1) monitor considerou ter uma propensão ao magistério, mas no momento pretende seguir outra carreira e dois (2) participantes declararam que não tinham interesse no magistério.

Maçaneiro (2011), explica que existe uma grande falta de profissionais com mestrado e doutorado em Secretariado, que são pré-requisitos para a docência em instituições de Ensino Superior, por conta disso os cursos de graduação em Secretariado Executivo no Brasil, possuem poucos professores com formação na área e a maior parte das disciplinas do curso são ministradas por professores com outras formações. Como o PID incentiva o estudante, por meio da formação acadêmica, a seguir carreira como docente, permitindo também ao monitor criar e recriar novas metodologias e práticas pedagógicas por meio dos conhecimentos adquiridos junto ao professor orientador; este quadro de escassez de profissionais docentes graduados na área do Secretariado pode ser alterado. Logo abaixo é feita uma explanação sobre a contribuição do PID para a formação do discente monitor.

5.3.3 A contribuição da monitoria de docência para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo

Nesta fase da investigação é desenvolvida uma análise buscando compreender como a monitoria de docência pode colaborar para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo. Quanto a estes aspectos, apresenta-se no Quadro 3 as principais considerações dos participantes acerca deste aspecto em dois eixos: formação acadêmica e formação profissional.

Quadro 3: Síntese das informações acerca da contribuição da participação do estudante no PID para a formação acadêmica e profissional

Aspecto investigado	Principais informações
Como a monitoria de docência pode colaborar para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo.	<p>Formação acadêmica</p> <p>Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Participar e organizar eventos da universidade ✓ Organização de palestras ✓ Planejar e executar atividades de campo <p>Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conduzir aulas ✓ Acompanhar aulas ✓ Participar da elaboração de conteúdo/material para ser exposto pelo (a) professor (a) ✓ Auxiliar o (a) professor (a) em apresentações de aulas ✓ Organizar equipes para montar projetos ✓ Tirar dúvidas dos alunos ✓ Organizar o material didático para as aulas (<i>slides e data-show</i>) ✓ Ajudar a elaborar provas sobre as disciplinas ✓ Realizar chamada e fazer o acompanhamento das faltas ✓ Oratória ✓ Fiscalizar provas ✓ Aprender como ocorre o processo de planejamento de aulas <p>Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar pesquisas ✓ Produção de artigos ✓ Apresentar trabalho nos Encontros Universitários ✓ Aprendizado em relação às regras de metodologia científica <p>Formação profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessoramento e assessoria da professora

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão do tempo ✓ Gestão de pessoas ✓ Planejamento e organização de atividades ✓ Responsabilidade ✓ Desenvolver habilidade de oratória ✓ Comprometimento com o trabalho ✓ Pró-atividade
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa

Buscou-se averiguar quais foram as atividades desenvolvidas durante a trajetória como monitor com relação ao ensino, pesquisa e extensão. Com relação à extensão, o Monitor A afirmou que teve como atividades executadas no decorrer da bolsa: “[...] realizar seminários; semana do Secretariado Executivo; I Seminário de Comércio exterior; Feira das Profissões; Encontros Universitários” (MONITOR A).

O Monitor D destacou sua participação em organização de eventos. Complementando esta afirmação, o Monitor E explicou que participou como monitor voluntário colaborando com a realização do evento “Encontro de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (ENEPES)”. Considera-se que a experiência dos estudantes na realização de eventos possibilita tanto a experiência em atividade de extensão, quanto da prática de organização de eventos que emerge como uma atribuição secretarial.

No que diz respeito à pesquisa, destacam-se as seguintes respostas: “Na monitoria, realizei pesquisas, apresentei trabalhos nos encontros universitários [...]” (MONITOR B).

Na área de pesquisa, auxiliei a professora-coordenadora no desenvolvimento de um artigo, apresentei um artigo relacionado à docência em um congresso de secretariado de nível nacional e apresentei outro artigo com temática semelhante nos Encontros Universitários da UFC (MONITOR C).

“Com relação às atividades de pesquisa, foi desenvolvido uma investigação sobre Educação à Distância em Secretariado, um panorama e um artigo escrito e estava com mais dois projetos em andamento para artigos” (MONITOR F).

“Comecei no fim do primeiro semestre a desenvolver uma pesquisa que tem como foco a disciplina na qual sou monitor” (MONITOR G). É perceptível o envolvimento dos monitores de docência com a pesquisa voltada para o curso, havendo esta necessidade para afirmar e aumentar o conhecimento científico para o Secretariado Executivo. Sobre a pesquisa em Secretariado, Bíscoli argumenta (2012, p. 72):

[...] há interesse entre os pesquisados em fortalecer a pesquisa para que a profissão também evolua na sua forma e concepção diante do mercado de trabalho e das áreas do conhecimento. No entanto, ainda há poucos resultados que possam conduzir a uma evolução no sentido teórico, embora o maior número de resultados seja recente, com as publicações de Roeller, Nonato e Marchelli e Sabino, o que demonstra que esta é a fase inicial do envolvimento dos pesquisadores no debate científico.

Considera-se que o incentivo à produção de trabalhos científicos é uma contribuição significativa da monitoria e relevante para a formação acadêmica. Monitores de iniciação à docência têm participado em eventos acadêmico-científicos da UFC como os Encontros Universitários, produzindo conhecimentos científicos em diversas áreas, relacionadas aos seus cursos.

A respeito das atividades de ensino, o Monitor A informou que fez o acompanhamento de aulas; participou da elaboração de conteúdo/material para ser exposto pelo (a) professor (a); auxiliar o (a) professor (a) em apresentações de aulas; organizar equipes para montar projetos. Complementando essa afirmativa, ressalta-se: “[...] conduzi algumas aulas e desenvolvi atividades inerentes à docência” (MONITOR B).

Para o Monitor D a sua experiência durante o percurso na monitoria foi: “Tirei as dúvidas dos alunos, organizei o material didático para as aulas (*slides e data-show*)”, outro respondente: “Desenvolvi atividades de ensino, dando suporte em atividades relacionadas às aulas como ajuda em materiais utilizados na classe, revisando as tarefas desenvolvidas pelos alunos” (MONITOR C).

O Monitor E informou que contribuiu fazendo acompanhamento das atividades em sala de aula, prestou auxílio aos alunos nos trabalhos e participou no planejamento de aulas. O Monitor F explicou que com relação ao ensino deu suporte a professora, como na elaboração de planilhas, deu suporte aos alunos via *e-mail* e presencial. O Monitor G afirmou que aprendeu como ocorre o processo de planejamento de aulas, métodos de avaliação de alunos e ferramentas utilizadas para aprimorar o ensino dentro da sala de aula: “Até o momento estive auxiliando minha orientadora no planejamento das aulas, buscando ideias para tornar as aulas mais práticas e menos teóricas” (MONITOR G).

Observa-se que as funções exercidas pelos discentes com relação às atividades de ensino na monitoria estão de acordo com o que é estabelecido com as atribuições do monitor pelo artigo 5º da resolução N° 01/CEPE, de 04 de março de 2005 que regula o PID, como: elaborar com o professor-orientador, o plano de trabalho da monitoria; participar das tarefas didáticas, inclusive na programação de aulas e em trabalhos escolares; realizar, com o professor-orientador, trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático; contribuir, com o professor-orientador, para a avaliação do andamento da disciplina ou da área (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005).

Nunes (2007, p. 48) discute a tríade universitária afirmando “[...] ensino, pesquisa, extensão e gestão. Apesar de ser comum salientar-se somente os três primeiros, a universidade somente poderá desenvolver esses três se existir uma gestão das atividades e da burocracia que

lhes dê sustentabilidade”. As informações coletadas corroboram com Dias (2007) ao considerar que possibilita um estímulo para que os docentes envolvam os alunos nos processos de ensino e aprendizagem integrando-os à pesquisa e extensão.

Quanto aos aspectos da formação profissional, foi destacado que a vivência na monitoria para o Monitor B consistiu em realizar atividades de rotina administrativa, como ele explica: “Eu realizava algumas atividades burocráticas, no que tange ao assessoramento da professora”. O Monitor C afirmou que auxiliou na organização de palestras. O Monitor E explica que aprendeu a gestão do tempo, a assessoria, gestão de pessoas, planejamento e organização de atividades e afirmou ser o responsável pela chamada, acompanhamento de faltas. Assim como o Monitor F declarou que controlava notas e frequências e fiscalizou provas, quando necessário. O Monitor G afirmou que ficou encarregado de planejar e executar atividades de campo para as turmas do semestre passado nas quais a professora lecionou.

Percebe-se que os participantes ressaltam aspectos da monitoria que colaboram para as formas de atuação: assessoria e gestão. Santos e Caimi (2009, p. 37) explicam:

[...] com relação à formação dos secretários executivos, intensificando-se a demanda por profissionais que reúnam posturas de gerente, gestor e assessor. Diante das profundas alterações por que vem passando o mercado de trabalho, o profissional em secretariado passa a atuar de diversas formas e em várias frentes de atividade, como assessor, sendo o agente executor mais próximo do centro de deliberação do processo decisório; gestor, exercendo funções gerenciais [...].

Percebesse a contribuição do PID na formação do monitor como profissional multidisciplinar, assim como esta intenção está prevista nos objetivos do programa como é esclarecido no artigo 1º da resolução N° 01/CEPE, de 04 de março de 2005, “a) Contribuir para o processo de formação do estudante de graduação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005, p. 1).

Com relação aos conhecimentos construídos durante a monitoria, no que se refere à pesquisa, destacam-se as seguintes respostas: o Monitor B afirmou que aprendeu a desenvolver pesquisa e percebeu como é bom realizar este trabalho.

O Monitor C relatou:

A experiência com a metodologia científica e acadêmica ainda me dá frutos até hoje. A capacidade de avaliar temáticas e métodos de pesquisa aprendidas durante meu período como monitor são muito favoráveis para consecução de artigos e influenciam grandemente em avaliar um futuro profissional no meio catedrático, além do fato de ter interagido diretamente com alunos no processo de aprendizagem e auxiliado no desenvolvimento de suas tarefas (MONITOR C).

O Monitor F declarou que elaborou artigos, se acostumou em escrever nas normas da ABNT, ganhou mais praticidade em relação à escrita e à pesquisa.

A respeito das atividades de ensino o Monitor A declarou que adquiriu conhecimentos de ensino-aprendizagem de uma forma ampla. Monitor B alegou que: “Consegui compreender como acontece o processo de elaboração de aulas, avaliação e métodos de ensino e principalmente aprendi que a docência é algo que envolve um complexo processo, que vai desde à elaboração da aula, até a metodologia que deverá ser utilizada, para expor o conhecimento”. O Monitor E explicou que adquiriu conhecimentos de docência, assim como o Monitor F e este também afirmou que auxiliou na elaboração de slides, fez leituras com livros de docência. O Monitor G alegou que: “Aprendi um pouco do processo de planejamento de aulas, métodos de avaliação de alunos e ferramentas utilizadas para aprimorar o ensino dentro da sala de aula”.

Quanto aos aspectos da formação profissional na construção dos conhecimentos dos monitores entrevistados, o Monitor A afirmou que adquiriu conhecimento de responsabilidade. O Monitor B afirmou: “Os conhecimentos foram vários, mas dentre eles, eu consegui desenvolver habilidade oratória, organizativa e através da monitoria, aprendi também a desenvolver habilidades pessoais e profissionais que antes não tinha”.

O Monitor D declarou: “Auxiliei a professora em sala de aula, controlava notas e frequências e fiscalizei provas, quando necessário” (MONITOR D).

Dentre os conhecimentos adquiridos com relação a formação profissional percebe-se o assessoramento como uma das funções relacionadas à monitoria. Considera-se que a experiência de assessoria é relevante para a formação profissional. Santos e Caimi (2009, p. 25) declaram:

Hoje, as organizações demandam profissionais que desempenhem um papel fundamental de assessoria no contexto organizacional, tendo a responsabilidade de participar de gerenciamento de informações, documentos e pessoas, contribuir para a melhoria das relações interpessoais, manifestando dinamismo e flexibilidade, capacidade de empreendimento e automotivação.

Sobre a colaboração da monitoria de docência na formação acadêmica e profissional dos monitores de docência, com relação à pesquisa, foram feitas as seguintes considerações:

Não posso descartar o aprendizado em relação às regras de metodologia científica extremamente trabalhada durante a monitoria. Quanto ao aprendizado acadêmico, as pesquisas realizadas expandiram os conhecimentos em secretariado em diversas áreas, permitindo conhecer a interdisciplinaridade inerente a esta ciência social aplicada (MONITOR C).

Para o Monitor G:

Acredito que o mais importante foi o aprimoramento dos meus conhecimentos sobre pesquisa científica, que acho que vai me ajudar bastante no momento da elaboração

da minha monografia e, além disso, me proporcionou um conhecimento básico sobre a docência que poderá me ajudar algum dia, caso eu venha a me interessar pela carreira de docente (MONITOR G).

Na contribuição do PID para a formação profissional foram feitas as seguintes considerações: o Monitor A alegou que na monitoria adquiriu o senso de responsabilidade, de seriedade e de comprometimento com o trabalho.

O Monitor B declarou que:

Profissionalmente me ajudou a desenvolver habilidades de oratória, habilidade de organização e uma visão mais holística, pois a partir do momento que comecei a desenvolver essa habilidade em sala de aula, pude realizá-la no meu trabalho também (MONITOR B).

Assim como o Monitor C destacou a formação profissional:

A experiência na monitoria me ajudou a ter maior postura profissional com as responsabilidades que me foram incumbidas e com as tarefas que devia coordenar com o auxílio da professora-coordenadora. Na monitoria, sempre foi fomentada a ideia de pró-atividade como aspecto profissional a ser valorizado e instigado sempre que possível (MONITOR C).

Para o Monitor D a vivência na monitoria o ajudou a ter um conhecimento maior no desempenho das atividades de um secretário executivo, pois auxiliou diretamente a sua professora orientadora.

É percebido como o programa trouxe benefícios por meio das experiências vividas com o PID para a formação profissional do secretário. Como Queiroz e Barzaghi (2007) explicam, que o processo de construção da educação é um ato coletivo, sendo os professores e os alunos parceiros.

A respeito dos conhecimentos voltados para a atividade docente adquiridos durante a monitoria foram feitas as seguintes afirmações:

O Monitor A alegou que adquiriu aprofundamento de conhecimentos específicos na área de atuação como monitor; entendimento na construção do ensino, pesquisa e extensão. Já para o Monitor B a elaboração de aulas, a exposição de aulas, a oratória e a organização de aulas, e também de avaliações que precisam ser realizadas.

Na opinião do Monitor C:

A atividade permitiu entender melhor as responsabilidades, a rotina e as tarefas inerentes a um docente, especificamente, na UFC, por permitir uma imersão diferente no meio acadêmico no relacionamento com coordenação e departamentos da faculdade, bem como, demonstrou como a relação entre professor e aluno é gratificante, e como o processo de ensino possui diferentes matrizes, sendo tarefa do professor compreender a melhor forma de ensinar, utilizando diferentes instrumentos de ensino com os aparatos disponíveis (MONITOR C).

O Monitor D afirmou que aprendeu como preparar aulas, como elaborar slides, organização do conteúdo para as aulas, como organizar aulas práticas, aprendeu diferentes métodos de avaliação dos alunos. O Monitor E afirmou que aprendeu o planejamento de atividades, didática, organização de atividades, gestão do tempo de aula, técnicas de trabalho. Já o Monitor F alegou que aprendeu a lidar melhor com os alunos, tendo uma relação mais humana. O Monitor G adquiriu experiência no planejamento de aula, métodos de avaliação e ferramentas de ensino, além de saber da importância de aliar teoria e prática dentro da sala de aula.

O Monitor E alegou que a monitoria contribuiu para consolidar a sua certeza de que essa é a profissão que ele quer seguir e valorizar a importância do docente para a vida acadêmica. Além de ter a oportunidade de participar e contribuir para a preparação das atividades em sala de aula. “Me senti a voz dos alunos junto à docência” (MONITOR E). O monitor F explicou que a monitoria lhe influenciou em seguir a carreira acadêmica, pois adquiriu essa experiência para o seu currículo *lattes* e o conhecimento adquirido durante a monitoria, vai servir futuramente para a sua vida profissional, tanto para uma carreira docente, como para uma carreira em Secretariado Executivo.

Santiago e Silva (2013) falam sobre o desenvolvimento das competências pedagógicas inseridas no perfil atual do secretário e para esse seguir na carreira docente, é necessário que ele se aprimore e se envolva em atividades acadêmicas.

A experiência durante a graduação com a monitoria de docência possibilita ao discente monitor uma oportunidade de desenvolver conhecimentos básicos sobre a formação didática, apontando a necessidade de um perfil pedagógico para aqueles que almejam atuar na docência secretarial, a partir da sua vivência com o professor orientador e a percepção das necessidades dos alunos, como discente, contribuindo para uma visão acurada construção do conhecimento em docência com a participação no PID.

Foi feita uma observação complementar pelo Monitor D: “Aprendi a ter mais envolvimento com a universidade e com os seus eventos como a Feira das Profissões e também a melhorar a minha apresentação oral” (MONITOR D). Essa percepção é complementada pela seguinte afirmação:

Como monitora, pude desenvolver um olhar mais crítico sobre o planejamento das aulas. Pude participar e ver como é desenvolvido o processo de desenvolvimento das atividades docentes, como são realizadas e qual a melhor didática para que as atividades possam ser repassadas aos alunos da maneira mais simples e objetiva possível. Tudo isso teve grande importância para mim, hoje como profissional. (MONITOR E).

Schneider (2006) explica que o trabalho da monitoria contribui para desenvolver nos acadêmicos a apreensão e produção do conhecimento, pois tem como objetivo a formação para o ensino.

O programa tem como foco contribuir com o preparo para a docência, no âmbito das atividades formativas para tal situação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005). A execução de algumas atividades é vetada aos monitores, que possam desvirtuar os objetivos do programa, como consta no artigo 6º da resolução N° 01/CEPE, de 04 de março de 2005, a qual cita as funções que o monitor do PID não deve fazer, entre elas: “d) Preencher lista de frequência [Sic] ou diário de classe” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005, p. 2). Tal função foi alegada por alguns monitores. Pondera-se que tal situação, talvez aconteça pela falta de conhecimento da resolução do PID, por parte dos professores orientadores. No entanto, considera-se que o acompanhamento e o controle de frequência dos estudantes não configuram um desvio de atribuições docentes e colaboram para o exercício da assessoria. Salienta-se a necessidade de que tanto os professores quanto os monitores do PID conheçam o que determina a resolução (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005) e acrescenta-se que esta atividade também teve valor formativo, visto que os monitores exercem a assessoria direta ao professor orientador contribuindo para a formação profissional.

Diante dessa situação, é importante destacar algumas atividades que não correspondem às funções do monitor, como explica Dias (2007), o estudante-monitor não deve ser exposto a situações diversas dos objetivos do programa da monitoria para não comprometer a sua formação, por exemplo, substituir o professor, avaliar os colegas estudantes, desenvolver pesquisas ou coleta de dados que não tenham relação de pertinência com a atividade docente, proposta no projeto interdisciplinar, realizar atividades meramente mecânicas, administrativas ou que não tenham articulação com a atividade docente.

Foi percebido pelos relatos dos monitores investigados que as ações desenvolvidas colaboram para o alcance dos objetivos estabelecidos pela legislação, a resolução N° 01/CEPE, de 04 de março de 2005, que norteia o PID, inserindo o monitor nas atividades docentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2005), gerando aprendizagem por meio da relação dos professores com os estudantes, experiências na monitoria, relacionando teoria e prática, obtendo um conhecimento maior sobre a disciplina, inserção do monitor na pesquisa gerando contribuições acadêmicas para o curso, contribuindo de forma enriquecedora para a formação acadêmica e profissional.

Observa-se a contribuição do PID na construção intelectual do monitor, formando profissionais que atendam o perfil exigido pelo mundo organizacional, em virtude da atuação

dinâmica dos discentes participantes do programa, havendo um aprendizado multidisciplinar. Tais conhecimentos poderão ser usados em diversas carreiras que eles seguirem, mesmo não sendo na docência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta investigação possibilitou a realização de algumas considerações conclusivas por meio do levantamento bibliográfico da pesquisa documental e da pesquisa de campo. O embasamento teórico deste estudo proporcionou uma visão crítica acerca da situação atual em relação à formação em Secretariado Executivo e a formação docente, assim como os aspectos relacionados à monitoria que serviu de fundamentação para a pesquisa de campo.

Inicialmente percebeu-se que os fatores que motivaram os estudantes de Secretariado Executivo a participarem do programa foram: adquirir e aperfeiçoar conhecimentos, colaborar para o aprendizado dos estudantes do curso, a retribuição financeira e interesse em seguir carreira na vida acadêmica em Secretariado Executivo. Esses aspectos denotam que os interesses pela participação no PID podem ser variados, mas se sobressai o desejo por seguir a profissão acadêmica, bem como o aumento de conhecimentos.

Percebeu-se que a inserção dos participantes na monitoria ocorreu de maneiras distintas; para alguns, ocorreu por acaso e pela necessidade da remuneração da bolsa; para outros, de forma planejada, com o interesse pelo aprendizado para seguir a carreira docente. Observa-se pelo relato de um monitor que esse ingressou no programa por conta da bolsa, o retorno financeiro é um fator importante. Entretanto, considera-se que o monitor não deve ser motivado somente por esse aspecto visto que se não há interesse pela docência, tal comportamento pode influenciar no desempenho durante o programa, já que o objetivo principal do PID é preparar para a docência. Cabe ao professor orientador na seleção dos monitores, fazer uma entrevista com os candidatos para dar preferência aos que tem real interesse pelo magistério.

A investigação oportunizou conhecer se a participação no programa motiva o estudante a perceber a docência como perspectiva profissional. Sob esse aspecto, percebeu-se que para a maioria, a experiência reforçou o interesse pela carreira; para outros, viram que não possuem propensão para o magistério. Em ambos os casos, observou-se que as experiências adquiridas com o PID foram enriquecedoras. Por outro lado, os resultados apontam que a participação no programa pode desmotivar o aluno monitor a dar continuidade a carreira docente, em casos de ingresso no PID idealizando a profissão docente, mas quando entra em contato com a realidade da rotina de trabalho do professor, percebe os seus constantes desafios. Não obstante, por meio da participação no PID o estudante pode vivenciar a realidade da vida

acadêmica e a partir daí ter a certeza ou não de querer seguir nesta profissão, evitando um futuro sentimento de desapontamento.

Compreendeu-se que a monitoria de docência pode colaborar de forma positiva para a formação acadêmica e profissional do secretário executivo. A formação acadêmica foi destacada por meio da oportunidade de atuação intensificada dos monitores na área do ensino, pesquisa e extensão, levando-os a adquirir experiências e conhecimentos acadêmicos, contribuindo para a pesquisa em Secretariado Executivo. Devido a participação no PID, os estudantes puderam se envolver mais com a universidade, assim como nos seus eventos.

Com relação à formação profissional, a pesquisa denotou que os monitores tiveram a oportunidade de relacionar teoria e prática, desenvolvendo atribuições secretariais junto aos orientadores.

Quanto à questão norteadora deste trabalho, a percepção dos estudantes de Secretariado Executivo acerca das experiências adquiridas no PID em relação à sua formação na UFC, ressaltou-se que na percepção dos monitores investigados a participação no PID possibilitou a construção de novos conhecimentos no decorrer do programa de forma construtiva para a formação deles, sendo um fator importante para a capacitação e o desenvolvimento do interesse pela docência na Educação Superior evidenciando que esta não é a carreira que desejam para a sua vida profissional. Dessa maneira, a participação dos estudantes de Secretariado Executivo da UFC no PID, contribui tanto para a formação acadêmica e profissional, como para complementar o currículo dos participantes.

Inferi-se, portanto a partir da análise das contribuições do PID da UFC para a formação acadêmica e profissional em Secretariado Executivo, que o programa colabora para a construção de experiências acadêmicas gerando uma formação que ultrapassa a sala de aula, incentivando a emancipação intelectual, contribuindo para a produção da pesquisa secretarial, desenvolvendo conhecimentos básicos necessários à docência na Educação Superior e a prática de atividades específicas do Secretariado Executivo na assessoria direta ao professor orientador.

O desenvolvimento desta pesquisa apresentou algumas limitações como a deficiência de material para a pesquisa, focando a monitoria do PID no curso de Secretariado Executivo da UFC, abrindo margem para um futuro aprofundamento do assunto com uma nova abordagem, como buscar a percepção dos alunos monitorados sobre a eficiência do programa para o curso de Secretariado da UFC, ou destacando a interação do monitor com o professor.

REFERÊNCIAS

- ADELINO, F. J. S.; NÓBREGA, V. S. S. A inclusão do docente de secretariado executivo em programas de pós-graduação stricto sensu: um estudo realizado junto à plataforma Lattes do CNPq. **Revista do Secretariado Executivo**. Passo Fundo/ RS. n. 8. p. 76-88. 2012. Disponível: <file:///C:/Users/Tm/Downloads/3027-10732-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- ARAÚJO, F. M. Esboço sobre o Surgimento, as Características e a Implantação do Método Monitorial/ Mútuo no Brasil do Século XIX. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, v. 4, n. 7, p. 86 – 95, jan – jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/179/105>>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- BARROS, C. M. P; DIAS, A. M. I. Reflexões sobre a prática e a formação do (a) secretário (a) executivo (a) na docência universitária. *In*: ROGÉRIOS, P; SANTOS, A. N. (Orgs.). **Currículo: dialogo possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- BARROS, C. M. P.; DIAS A. M. I.; SILVA, J. S.; SILVA, C. L. A formação dos docentes em Secretariado das instituições de educação superior do Brasil. *In*: Encontro Inter-Regional Norte, Nordeste e Centro Oeste de Formação Docente para a Educação Superior, 5., 2013, Teresina/ PI. **Anais...** Teresina: EDUFPI, 2013. p. 524-547.
- BEZERRA, J. K. A. **Monitoria de iniciação à docência no contexto da Universidade Federal do Ceará: aspectos legais e sua aplicabilidade**. 2012. 126 f. Tese (Mestrado em Gestão Estratégicas para as Instituições de Ensino Superior) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8014/1/2012_dis_jkabezerra.pdf>. Acessado em 24 ago. 2014.
- BÍSCOLI, F. R.V. A evolução do Secretariado Executivo: caminhos prováveis a partir de avanços da pesquisa científica. *In*: **Pesquisa em Secretariado: Cenários, perspectivas e desafios**, DURANTE, D. G. (org.). Passo Fundo: UPF, 2012.
- BRASIL. **Decreto N° 64.086, de 11 de fevereiro de 1969**. Dispõe sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, aprova programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e dá outras providências. Brasília, DF, 11 fev. 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64086-11-fevereiro-1969-405264-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 set. 2014.
- _____. **Decreto N° 66.315, de 13 de março de 1970**. Dispõe sobre programa de participação do estudante em trabalhos de magistério e em outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal. Brasília, DF, 13 mar. 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66315-13-marco-1970-407756-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 set. 2014.
- _____. **Decreto N° 68.771, de 17 de junho de 1971**. Altera o Decreto N° 66.315 de 13 de março de 1970. Brasília, DF, 17 jun. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68771-17-junho-1971-410540-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Decreto N° 7.416, de 30 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei N° 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Brasília, DF, 30 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.html>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Decreto N° 85.862, de 31 de março de 1981.** Atribui competência às Instituições de Ensino Superior para fixar as condições de Ensino superior para fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria e dá outras providências. Brasília, DF, 31 mar. 1981. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85862-31-marco-1981-435495-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996,** que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Lei N° 12.155, de 23 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis n^{os} 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF, 23 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12155.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Lei N° 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Lei N° 7.377, de 30 de setembro de 1985.** Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências. **Presidência da República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 30 set. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7377.htm>. Acesso em: 26 ago. 2014.

_____. **Lei N° 9.261, de 10 de janeiro de 1996.** Altera a redação dos incisos I e II do art. 2º, o *caput* do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei N° 7.377, de 30 de setembro de 1985. **Presidência da República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. **Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996,** que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Presidência da República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. MEC, CNE. **Resolução N° 3, de 23 de junho de 2005.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. **Ministério da Educação,** Brasília, DF, 23 jun. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

_____. MEC, CNE. **Resolução Nº 01, de 04 de março de 2005.** Regulamenta o Programa de Iniciação à Docência (PID). Ministério da Educação, Ceará, CE, 04 mar. 2005. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4dpN9FWcbJsJ:appserver.prograd.ufc.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D109%26Itemid%3D60+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 01, de 04 de março de 2005.** Regulamenta o Programa de Iniciação à Docência (PID). Ministério da Educação, Ceará, CE, 04 mar. 2005. Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4dpN9FWcbJsJ:appserver.prograd.ufc.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D109%26Itemid%3D60+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 13 set. 2014.

CAMPOS, C. M. Monitoria: a iniciação à docência. In: ABSIL, Wilhelmus Jacobus (Org.). **Pedagogia universitária: reflexões sobre a experiência docente na educação superior.** Temas Pedagógicos, n. 12. Fortaleza/ CE: Universidade de Fortaleza, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVAIN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DIAS, A. M. I. A monitoria como elemento de iniciação à docência: idéias para uma reflexão. In: SANTOS, M. M.; LINS, N.M.(Orgs.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias.** Coleção Pedagógica, n. 9. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007. p. 37-44. Disponível em: <http://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=col_per_9>. Acessado em: 24 ago. 2014

DURANTE, D. G.; VAZ, C. F. M.; BERTOLETTI, R.; SANTOS, M. E. M.; CHAIS, C. Atuação e ascensão profissional a partir da formação em Secretariado Executivo: levantamento com egressos da UPF/RS. **Revista de Gestão em Secretariado**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 170-193, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Tm/Downloads/76-342-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2011.

FARIA, D. S.; REIS, A. C. G. Docência em Secretariado Executivo. **FAZU em Revista**, Uberaba, n. 5, p. 169-174, 2008. Disponível em: <<http://www.fazu.br/ojs/index.php/fazuemrevista/article/view/61/55>>. Acesso em: 01 set. 2014.

FARIAS, I.M.S *et. al.* Trilhas do labirinto na pesquisa educacional qualitativa: dos procedimentos de coleta de dados ao trabalho de campo. In: FARIAS, Isabem Maria Sabino de; NUNES, João Batista Carvalh; NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria (Orgs). **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto.** Fortaleza: Eduece, 2010. p. 67-92.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: **o dicionário da língua portuguesa/** Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira – 8. ed. - Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRISON, L. M. B.; MORAES, M. A. C. As práticas de monitorias como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v.8, n.2, p. 144-154, ago./dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14064>>. Acesso em: 24 ago.

2014. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Bahia: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAÇANEIRO, Marlete Beatriz. A construção da identidade científica em Secretariado Executivo. In: DURANTE, Daniela Giaretta (org.) **A pesquisa em secretariado**: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade, THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, E. P. Pesquisa aplicada e interdisciplinaridade: da linguística ao Secretariado. In: DURANTE, Daniela Giaretta (Org.). **Pesquisa em Secretariado**: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo/ RS: editora UPF, 2012.

NEVES, F. M.; MEN, L. O método pedagógico de Lancaster e a cultura escolar. In: Congresso de Leitura no Brasil, 16., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: UNESP, 2007. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a fundação das ciências da assessoria. Expressão Gráfica, 2009.

NUNES, J. B. C. Monitoria acadêmica: espaço de formação. In: SANTOS, M. M.; LINS, N.M. (Orgs.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência**: possibilidades e trajetórias. Coleção Pedagógica, n. 9. Natal/RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 2007. p. 45-57. Disponível em: <http://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=col_per_9>. Acessado em: 24 ago. 2014.

OLIVEIRA, J. L. A. P.; SOUZA, S. V. Relato de experiência na atividade de monitoria desenvolvida na disciplina de estágio básico de observação do desenvolvimento: um texto que se escreve a quatro mãos. In: **Caderno acadêmico**. V.4; n. 1. Palhoça/SC: fev-jul/2012. p 35-46. Disponível em:

<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Cadernos_Academicos/article/view/942/1012#.U_qjCPldXZ8>. Acessado em: 24 ago. 2014.

PEREIRA, J. D. Monitoria: uma estratégia de aprendizagem e de iniciação à docência. In: SANTOS, M. M.; LINS, N.M. (Orgs.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência**: possibilidades e trajetórias. Coleção Pedagógica, n. 9. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007. p. 69-80. Disponível em:

<http://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=col_per_9>. Acessado em: 24 ago. 2014.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2005/ 2006. Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/10542/7012>>. Acesso em: 01 set. 2014.

QUEIROZ, A. F. S.; BARZAGHI, R. A. A monitoria na disciplina de biofísica: um relato de experiência. In: SANTOS, M. M.; LINS, N.M. (Orgs.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência**: possibilidades e trajetórias. Coleção Pedagógica, n. 9. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007. p. 91-101. Disponível em: <http://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=col_per_9>. Acessado em: 24 ago. 2014.

RAMALHO, Betania Leite; NUÑEZ, Isauro Beltrán e GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. 2ª ed., Porto Alegre: Sulinas, 2004.

SABINO, Rosimere Ferraz; ROCHA, Fabio Gomes. **Secretariado**: do escriba ao *webwriter*. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernández; Colado, Carlos Fernández; Lucio, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2006.

SANTOS, M. F. S.; CRUZ S. S. **A atuação do profissional de Secretariado Executivo graduado pela Universidade do Estado do Pará**. In: CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIADO, XVIII, 2012, Belo Horizonte. CONSEC, 2012. Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/xviii_consec_2012/artigo_selecionado_atuacao_profissional.pdf>. Acesso em: 01 set. 2014.

SANTOS, M. M. A; LINS, N. M. Monitoria na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: um resgate histórico. In: SANTOS, M. M.; LINS, N.M. (Orgs.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência**: possibilidades e trajetórias. Coleção Pedagógica, n. 9. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007. p. 59-67. Disponível em: <http://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=col_per_9>. Acessado em: 24 ago. 2014

SANTOS, C. V.; CAIMI, F. E. Secretário executivo: formação, atribuições e desafios profissionais. In: DURANTE, D. G.; FÁVERO, A. A. (Orgs.). **Gestão secretarial**: formação e atuação profissional. Passo Fundo/ RS: editora UPF, 2009.

SANTIAGO, C.; SILVA, W. Secretários-docentes: um diferencial para a ampliação da docência secretarial. In: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. (Orgs.). **Excelência no Secretariado**: a importância da profissão nos processos decisórios. São Paulo: editora Ser Mais, 2013.

SCHNEIDER, M.S.P.S. Monitoria: Instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. **Revista Espaço Acadêmico**, v.65, mensal, out.2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/065/65schneider.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. **Graduação em Secretariado Executivo**. Disponível em: <http://www.feaac.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=395>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. Pró-reitora de Graduação. **Bolsas do PID – Programa de Iniciação à Docência.** Fortaleza, S/D. Disponível em: <<http://www.prograd.ufc.br/bolsas/244-bolsas-do-pid-programa-de-iniciacao-a-docencia>>. Acesso em: 13 set. 2014.

VEIGA, Denise Rachel. **Guia do Secretariado:** técnicas e comportamento. 3. ed. São Paulo: Érica, 2007. 160 p.

_____, I. P. A. Docência universitária na educação superior. *In*: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (Orgs.). **Docência na educação superior.** Coleção Educação Superior em Debate, n. 5. Brasília: INEP/MEC, 2006. p. 85-96. Disponível em: <http://www.unifra.br/Utilitarios/arquivos/arquivos_prograd/Doc%C3%Aancia%20da%20edu%20superior.pdf>. Acessado em: 24 ago. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Instrumento de coleta de dados para pesquisa que possui como tema: Formação e docência em Secretariado Executivo: percepções de monitores de docência em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará.

PÚBLICO ALVO: Monitores ativos no Programa Iniciação à Docência do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará em 2014.2.

PARTE I – PERFIL DO ENTREVISTADO

1 – Idade

2 – Sexo

3 – Quanto tempo atuou como monitor do PID no curso de Secretário Executivo na UFC?

4 – Qual a sua formação acadêmica atual?

5 – Sobre a sua atuação profissional atualmente:

5.1 Em que área atua?

- a) em Secretariado Executivo
- b) como docente na área secretarial
- c) como docente em outra área
- d) em outra área. Qual:

5.2 Atua em instituição

- a. Privada
- b. Pública
- c. ONG
- d. Outra:

5.3 Há quanto tempo?

PARTE II – MOTIVOS E TRAJETÓRIAS PARA A FORMAÇÃO DO MONTORES

6 – Quais os motivos lhe levaram a participar do PID?

7 – Quais as atividades desenvolvidas durante a sua trajetória como monitor (ensino, pesquisa e extensão)?

8 – Em sua opinião, quais foram os conhecimentos construídos durante essa trajetória?

9 – Em sua opinião, como a monitoria de docência pode colaborar para a sua formação acadêmica e profissional?

10 – A sua participação no programa lhe influenciou de alguma forma para a percepção da docência como perspectiva profissional?

11 - Quais conhecimentos relativos à atividade docente você adquiriu durante esse período?

12 - Outros aspectos.

APÊNDICE
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Instrumento de coleta de dados para pesquisa que possui como tema: Formação e docência em Secretariado Executivo: percepções de monitores de docência em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceara.

PÚBLICO ALVO: Monitores egressos que participaram do Programa Iniciação à Docência do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará.

PARTE I – PERFIL DO ENTREVISTADO

1 – Idade

2 – Sexo

3 – Quanto tempo atuou como monitor do PID no curso de Secretário Executivo na UFC?

4 – Qual a sua formação acadêmica atual?

5 – Sobre a sua atuação profissional atualmente:

5.1 Em que área atua?

- a) em Secretariado Executivo
- b) como docente na área secretarial
- c) como docente em outra área
- d) em outra área. Qual:

5.2 Atua em instituição

- a. Privada
- b. Pública
- c. ONG
- d. Outra:

5.3 Há quanto tempo?

PARTE II – MOTIVOS E TRAJETÓRIAS PARA A FORMAÇÃO DO MONTORES

6 – Quais os motivos lhe levaram a participar do PID?

7 – Quais as atividades desenvolvidas durante a sua trajetória como monitor (ensino, pesquisa e extensão)?

8 – Em sua opinião, quais foram os conhecimentos construídos durante essa trajetória?

9 – Em sua opinião, como a monitoria de docência pode colaborar para a sua formação acadêmica e profissional?

10 – A sua participação no programa lhe influenciou de alguma forma para a percepção da docência como perspectiva profissional?

11 - Quais conhecimentos relativos à atividade docente você adquiriu durante esse período?

12 - Outros aspectos.